

A TARDE

RESULTADO Cálculo concentra despesas de custeio, ou seja, aquelas relacionadas aos gastos com a manutenção da administração estadual

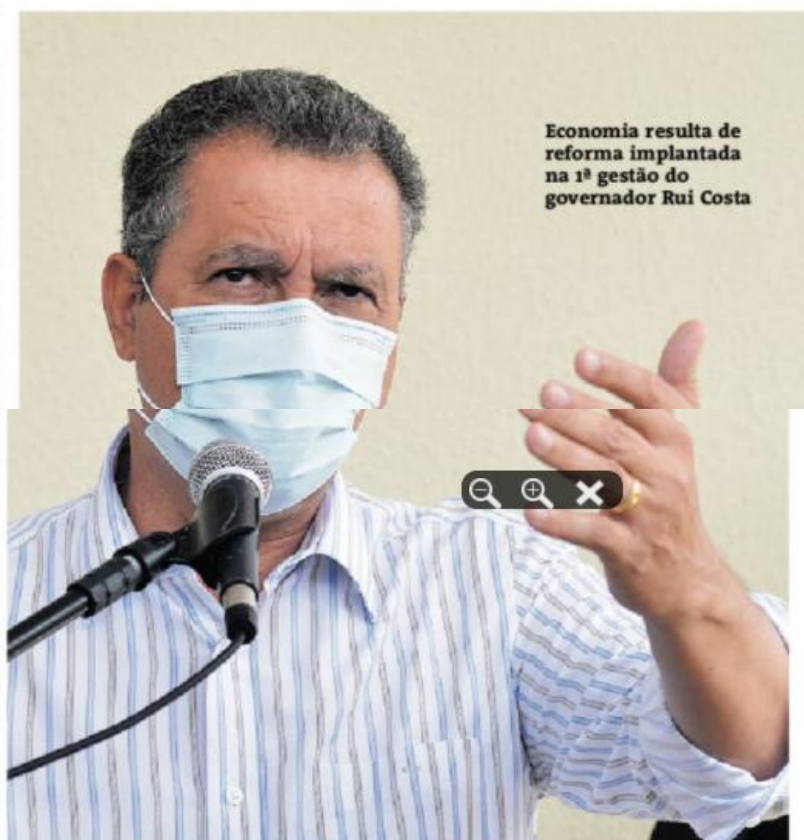
Em 5 anos, Bahia registra economia real de R\$ 5,9 bi

DA REDAÇÃO

A Bahia registrou uma economia real de R\$ 5,9 bilhões em cinco anos. O desempenho é resultado da reforma administrativa implantada na primeira gestão do governador Rui Costa. O cálculo leva em conta a inflação do período e concentra-se nas despesas de custeio, aquelas relacionadas aos gastos com a manutenção da administração estadual, a exemplo de água, energia e material de consumo. O dinheiro economizado, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), ajudou a preservar o equilíbrio das contas e a ampliar os investimentos públicos.

A política de Qualidade do Gasto Público está em execução no âmbito da Sefaz-BA. Em 2015, a reforma administrativa promoveu a extinção de dois mil cargos e empregos públicos, a redução do número de secretarias estaduais, de 27 para 24, e a implantação de uma equipe na Secretaria da Fazenda voltada para o monitoramento permanente das despesas com o custeio da máquina e a promoção da qualidade do gasto público. A economia obtida, de acordo com o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, significou uma reversão importante, já que o padrão histórico de evolução das despesas de custeio pelo Estado nas últimas décadas vinha sendo o de crescimento equivalente à inflação ou acima desta.

O trabalho da Coordenação de Qualidade do Gasto Público, lembra Vitório, engloba uma série de ações administrativas destinadas a criar uma cultura de eficiência e controle gerencial no



Economia resulta de reforma implantada na 1ª gestão do governador Rui Costa

Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 9/9/2020

serviços públicos e a garantia da paz social".

O secretário Manoel Vitório observa ainda que o próprio equilíbrio fiscal mantido pelo Estado ao longo de

todo o período recente de sucessivas crises e dificuldades na economia brasileira tem entre seus pilares a política de qualidade do gasto, ao lado de um processo de modernização do fisco estadual, combate à sonegação e melhoria da arrecadação própria, que fez a Bahia ampliar progressivamente sua participação no ICMS nacional nos últimos anos.

Pandemia

Com a crise do coronavírus, o governo baiano colocou

A despeito do alcance limitado do pacote de ajuda aos estados proposto pelo Congresso Nacional e das apreensões quanto ao ano de 2021, não contemplado pelas medidas, o governo baiano segue em pleno funcionamento para assegurar a prestação de serviços públicos essenciais, observa o secretário Manoel Vitório.

A manutenção do equilíbrio fiscal, enfatiza o secretário, foi responsável pela pronta atuação e pelo bom desempenho do governo

No ano de 2015, o Estado reduziu o número de

sistema estadual, voltada para a melhoria da gestão das despesas e a melhor aplicação das receitas. "Ao liberar recursos de custeio para investimento público, a qualidade do gasto é diretriz estratégica para a melhoria efetiva nos indicadores de áreas como saúde, educação, segurança e emprego e renda, metas prioritárias do governo baiano", lembra o secretário. Além disso, acrescenta, "o Estado segue dispondo de recursos para o pleno funcionamento dos

secretarias, de 27 para 24

Com a crise do coronavírus, o governo baiano colocou em prática agenda emergencial

em prática agenda emergencial que aprofundou o enxugamento da máquina, editando já no dia 20 de março o decreto 19.551/20, que instituiu uma série de medidas de redução de despesas e promovendo o redirecionamento das ordens de serviço para os servidores do fisco. As medidas foram necessárias diante de um contexto que resultou em perdas brutas de receita da ordem de R\$ 1,5 bilhão só nos meses de abril, maio e junho.

baiano ante a pandemia do novo coronavírus. Com o forte avanço em infraestrutura nos últimos anos e a intensificação dos esforços desde a eclosão da pandemia, a Bahia foi um dos Estados com melhor resposta à crise sanitária, acrescenta Vitório. Os números referentes à taxa de letalidade da Bahia estão entre os menores do Brasil, o que demonstra o acerto das medidas adotadas, evitando o colapso da rede de saúde visto em outros estados do país.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 30/09/2020	Página: 07

Tribuna

Bahia registra economia real de R\$ 5,9 bi

Em execução desde 2015 no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), como parte da reforma administrativa implantada na primeira gestão do governador Rui Costa, a política de Qualidade do Gasto Público resultou numa economia real acumulada de R\$ 5,9 bilhões em cinco anos. O cálculo leva em conta a inflação do período e concentra-se nas despesas de custeio, ou seja, aquelas relacionadas aos gastos com a manutenção da administração estadual, a exemplo de água, energia e material de consumo. O dinheiro economizado, de acordo com a Sefaz - Ba, ajudou a preservar o equilíbrio das

contas e a ampliar os investimentos públicos.

Em 2015, a reforma administrativa promoveu a extinção de dois mil cargos e empregos públicos, a redução do número de secretarias estaduais, de 27 para 24, e a implantação de uma equipe na Secretaria da Fazenda voltada para o monitoramento permanente das despesas com o custeio da máquina e a promoção da qualidade do gasto público. A economia obtida, de acordo com o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, significou uma reversão importante, já que o padrão histórico de evolução das despesas de custeio pelo Estado nas últimas dé-

cadadas vinha sendo o de crescimento equivalente à inflação ou acima desta.

O trabalho da Coordenação de Qualidade do Gasto Público, lembra Vitório, engloba uma série de ações administrativas destinadas a criar uma cultura de eficiência e controle gerencial no sistema estadual, voltada para a melhoria da gestão das despesas e a melhor aplicação das receitas. "Ao liberar recursos de custeio para investimento público, a qualidade do gasto é diretriz estratégica para a melhoria efetiva nos indicadores de áreas como saúde, educação, segurança e emprego e renda, metas prioritárias do governo baiano", lembra o

secretário. Além disso, acrescenta, "o Estado segue dispondo de recursos para o pleno funcionamento dos serviços públicos e a garantia da paz social".

O secretário Manoel Vitório observa ainda que o próprio equilíbrio fiscal mantido pelo Estado ao longo de todo o período recente de sucessivas crises e dificuldades na economia brasileira tem entre seus pilares a política de qualidade do gasto, ao lado de um processo de modernização do fisco estadual, combate à sonegação e melhoria da arrecadação própria, que fez a Bahia ampliar progressivamente a sua participação no ICMS nacional nos últimos anos.

ECONOMIA

Publicado em 29/09/2020 às 07h58.

Bahia registra economia real de R\$ 5,9 bilhões em cinco anos

Com a pandemia, governo colocou em prática agenda emergencial que aprofundou o enxugamento da máquina

Redação



Foto: Pedro Moraes/GOVBA

Em execução desde 2015 no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), como parte da reforma administrativa implantada na primeira gestão do governador Rui Costa (PT), a política de Qualidade do Gasto Público resultou numa economia real acumulada de R\$ 5,9 bilhões em cinco anos.

O cálculo leva em conta a inflação do período e concentra-se nas despesas de custeio, ou seja, aquelas relacionadas aos gastos com a manutenção da administração estadual, a exemplo de água, energia e material de consumo. O dinheiro economizado, de acordo com a Sefaz – Ba, ajudou a preservar o equilíbrio das contas e a ampliar os investimentos públicos.

Em 2015, a reforma administrativa promoveu a extinção de dois mil cargos e empregos públicos, a redução do número de secretarias estaduais, de 27 para 24, e a implantação de uma equipe na

secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, significou uma reversão importante, já que o padrão histórico de evolução das despesas de custeio pelo Estado nas últimas décadas vinha sendo o de crescimento equivalente à inflação ou acima desta.

O trabalho da Coordenação de Qualidade do Gasto Público, lembra Vitório, engloba uma série de ações administrativas destinadas a criar uma cultura de eficiência e controle gerencial no sistema estadual, voltada para a melhoria da gestão das despesas e a melhor aplicação das receitas. “Ao liberar recursos de custeio para investimento público, a qualidade do gasto é diretriz estratégica para a melhoria efetiva nos indicadores de áreas como saúde, educação, segurança e emprego e renda, metas prioritárias do governo baiano”, lembra o secretário. Além disso, acrescenta, “o Estado segue dispondo de recursos para o pleno funcionamento dos serviços públicos e a garantia da paz social”.

O secretário Manoel Vitório observa ainda que o próprio equilíbrio fiscal mantido pelo Estado ao longo de todo o período recente de sucessivas crises e dificuldades na economia brasileira tem entre seus pilares a política de qualidade do gasto, ao lado de um processo de modernização do fisco estadual, combate à sonegação e melhoria da arrecadação própria, que fez a Bahia ampliar progressivamente a sua participação no ICMS nacional nos últimos anos.

Monitoramento

A Coordenação de Qualidade do Gasto Público atua estrategicamente, acompanhando as despesas das unidades do Estado, com base no orçamento de cada órgão e secretaria. Entre as medidas de controle previstas no decreto 15.924/2015, que instituiu a nova metodologia de trabalho, está a avaliação, pela Coordenação, de todos os processos de aquisição de materiais e contratação de serviços.

“O mesmo decreto, ao tratar da execução orçamentária pelos órgãos, fundos e entidades integrantes da administração estadual, disciplinou a realização de uma série de despesas, incluindo viagens, assinatura de periódicos e contratação de consultorias”, explica a diretora de Qualidade do Gasto Público, Manuela Martinez. Os itens monitorados incluem gastos com terceirizados, serviços médicos, fornecimento de alimentação, equipamentos de informática, manutenção da frota de veículos, água, energia, material de consumo, serviços de reprografia, correios e telégrafos, manutenção de imóveis e serviços de comunicação e telecomunicação.

Pandemia

Com a crise do coronavírus, o governo baiano colocou em prática agenda emergencial que aprofundou o enxugamento da máquina, editando já no dia 20 de março o decreto 19.551/20, que instituiu uma série de medidas de redução de despesas e promovendo o redirecionamento das ordens de serviço para os servidores do fisco. As medidas foram necessárias diante de um contexto que resultou em perdas brutas de receita da ordem de R\$ 1,5 bilhão só nos meses de



O governo baiano segue em pleno funcionamento para assegurar a prestação de serviços públicos essenciais, observa o secretário Manoel Vitório.

A manutenção do equilíbrio fiscal, enfatiza o secretário, foi responsável pela pronta atuação e pelo bom desempenho do governo baiano ante a pandemia do novo coronavírus. Com o forte avanço em infraestrutura nos últimos anos e a intensificação dos esforços desde a eclosão da pandemia, a Bahia foi um dos Estados com melhor resposta à crise sanitária. Os números referentes à taxa de letalidade da Bahia estão entre os menores do Brasil, o que demonstra o acerto das medidas adotadas, evitando o colapso da rede de saúde visto em outros estados do país.

Vitório lembra que Saúde é uma das maiores prioridades do governo Rui Costa desde o início da primeira gestão. Desde 2015, foram entregues nove novos hospitais e 16 policlínicas regionais. Entre os anos de 2015 e 2019, a aplicação de recursos ultrapassou os R\$ 25 bilhões em obras, serviços e recursos humanos.

No quesito “total de despesas com saúde”, o Governo da Bahia posicionou-se como terceiro colocado dentre todos os estados em 2019, com mais de R\$ 6,159 bilhões, mesma posição no critério “investimento em saúde”, com mais de R\$ 445 milhões, atrás apenas de Minas Gerais e São Paulo, de acordo com o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS).



MAIS NOTÍCIAS

ECONOMIA 10h20 de 30/09/2020

Desemprego no Brasil atinge 13,1 milhões de pessoas

Taxa recorde atingiu 13,8% no trimestre encerrado no mês de julho

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Dia & Noite
Data: 30/09/2020	Página: 08

Tribuna

ANTÔNIO JOSÉ LARANGEIRA

Blitz do IPVA

A Vara da Fazenda Pública decidiu suspender, em Feira de Santana, a denominada “Blitz do IPVA”, uma operação realizada com bastante frequência, na cidade, pelo governo estadual, que resultava na apreensão e recolhimento, ao pátio do

Veículo: Bocão News	Trânsito
Data: 29/09/20	



Trânsito

Prazos do licenciamento de veículos com placas de final 9 e 0 vencem nesta semana



29 de Setembro de 2020 às 12:46 Por: **Ascom Detran-BA** Por: **Redação BNews** 0 comentários

Termina nesta quarta-feira ,30, o prazo para pagamento da cota única do IPVA ou da terceira cota do parcelamento do imposto para os proprietários de veículos com placas de final 9. Para os condutores com veículos com placas de final 0, o fim do prazo de pagamento será na quinta-feira, 1. O prazo divulgado pelo Detran é para a quitação do licenciamento integrado, composto por taxa administrativa do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-BA), IPVA, DPVAT e multas existentes.

Os veículos do transporte escolar, de turismo e autoescolas, que tiveram o prazo do pagamento do IPVA 2020 prorrogado para 2021, conforme decreto estadual, não estão liberados da regularização dos outros itens do licenciamento integrado.

A quitação das dívidas pode ser feita no Banco do Brasil, Bradesco e Bancoob. Outra opção é procurar os pátios privados credenciados ao Detran-BA, onde existe a opção de pagar no cartão de crédito, em até 12 parcelas, com encargos. Para realizar a operação é preciso informar o número do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam).

Após a confirmação do pagamento no sistema bancário, a pessoa deve acessar o portal ou aplicativo SAC Digital, para baixar no celular o documento eletrônico do veículo (CRLV-e), com a opção de imprimir uma cópia, sem custo. O documento impresso em papel moeda verde foi extinto e deixou de ser entregue pelos Correios.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 30/09/20	



VENCE HOJE LICENCIAMENTO PARA PLACAS DE FINAL 9 E 0



admin 30 Setembro, 2020

Termina nesta quarta-feira ,30, o prazo para pagamento da cota única do IPVA ou da terceira cota do parcelamento do imposto para os proprietários de veículos com placas de final 9. Para os condutores com veículos com placas de final 0, o fim do prazo de pagamento será na quinta-feira, 1. O prazo divulgado pelo Detran é para a quitação do licenciamento integrado, composto por taxa administrativa do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-BA), IPVA, DPVAT e multas existentes.

Os veículos do transporte escolar, de turismo e autoescolas, que tiveram o prazo do pagamento do IPVA 2020 prorrogado para 2021, conforme decreto estadual, não estão liberados da regularização dos outros itens do licenciamento integrado.

A quitação das dívidas pode ser feita no Banco do Brasil, Bradesco e Bancoob. Outra opção é procurar os pátios privados credenciados ao Detran-BA, onde existe a opção de pagar no cartão de crédito, em até 12 parcelas, com encargos. Para realizar a operação é preciso informar o número do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam).

Após a confirmação do pagamento no sistema bancário, a pessoa deve acessar o portal ou aplicativo SAC Digital, para baixar no celular o documento eletrônico do veículo (CRLV-e), com a opção de imprimir uma cópia, sem custo. O documento impresso em papel moeda verde foi extinto e deixou de ser entregue pelos Correios.



CAPA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](https://www.bahiaja.com.br/capa)) ÚLTIMAS NOTÍCIAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))

MIUDINHAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas)) COLUNISTAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](https://www.bahiaja.com.br/colunistas))

ARTIGOS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](https://www.bahiaja.com.br/artigos)) FALE CONOSCO ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](https://www.bahiaja.com.br/faleconosco))

quarta-feira, 30 de setembro de 2020

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

COMO ECONOMIA BAIANA ESTÁ SE RECUPERANDO COM AJUDA DO GOVERNO FEDERAL

Na próxima semana daremos dados da arrecadação do ICMS no estado

Tasso Franco , da redação em Salvador | 29/09/2020 às 09:39



Vendas subindo e ICMS crescendo no estado

Foto: BJA

Segundo fontes do Bahia Já na Sefaz Estado especialista na matéria com base em dado do Portal Transparência do Governo Federal, a economia baiana já dá claros sinais de recuperação puxado principalmente pela injeção de recursos patrocinada pelo Governo Federal em diversas áreas, principalmente o Auxílio Emergencial. Obviamente, que nem o governador Rui Costa (PT), nem ACM Neto (DEM) falam dessa ajuda relacionando ao presidente Jair Bolsonaro.

Os números para o estado da Bahia são impressionantes e mostram o efeito multiplicador do Auxílio Emergencial no Estado. São 5,69 milhões de baianos que recebem desde março de 2020, entre março a julho de 2020, 11,3 bilhões de reais. Ainda não se pode ter uma certeza disso, mas, muitos prefeitos candidatos à reeleição que estavam cambaleantes, com esse auxílio emergencia voltaram a ter chances, uma vez que esses recursos, embora sejam do governo federal, os gestores

municipais acabam se beneficiando.

Salvador recebeu 938 mil pessoas, Feira 226 mil, Conquista 108 mil, Juazeiro 88 mil, demais municípios 4,2 milhões de pessoas estão recebendo o Auxílio e receberam até dezembro 2020.

Na Bahia ainda existem 1,8 milhões de baianos no Bolsa Família, 471,4 mil no BPC, e 55 mil no Seguro Defeso, ou seja, mais de 59% da população do Estado da Bahia enquadrada em algum programa do Gov. Federal, uma imensidão de gente.

Todo economista sabe que este dinheiro vira na quase totalidade consumo que gira na economia várias vezes o que dinamiza toda a economia, e se vira consumo o ICMS de todos os Estados já começa a refletir na arrecadação de ICMS, principalmente nos setores de varejo, atacado, supermercados, bebidas, etc;

Em Salvador são 44,8% da população em algum programa do Gov. Federal, 1.197 milhão de soteropolitanos, que receberam até julho de 2020, 2,45 bilhões de reais.

Aliada a outras medidas de liquidez na economia a tendência é que a economia aqueça mais rápido do que se esperava, e a arrecadação de impostos, baseada na circulação das mercadorias já demonstra isto.

O desafio dos novos prefeitos é minimizar esta dependência criando alternativas e um ambiente de negócios favoráveis ao emprego e a criação de empresas, como dizia Ronald Reagan, o melhor programa social é o emprego.

Os prefeitos que não tiveram idéias nesta direção serão apenas perpetuadores eternos políticas assistencialistas,

A TARDE

Maldito imposto

Agenor Gordilho Simões

Advogado e procurador do Estado aposentado
agordilhosimoes@hotmail.com

Inobstante venha apoiando o governo do presidente Jair Bolsonaro pela mudança radical introduzida na maneira de administrar o país, sucede que as reiteradas tentativas de empurrar goela abaixo este maldito imposto alcunhado CPMF, através do ministro da economia, Paulo Guedes, continuará contando com minha completa repulsa, como, por certo, da maioria do povo brasileiro, pois, assim agindo, estará rompendo literalmente com uma promessa de campanha eleitoral feita por reiteradas vezes.

Dessa forma, permaneço externando toda minha indignação com a criação desse imposto desde 2010, época do go-

verno Dilma Rousseff, combate, sistematicamente, a sua recriação, através de matéria publicada neste jornal, intitulada 'A farsa da CPMF', em que assim me manifesto em trecho inicial: "É realmente estarrecedor, e revestido do mais puro cinismo e desfaçatez, que se tenha deixado passar o período eleitoral para se retomar com redobrada insistência, especialmente por parte de alguns políticos e autoridades públicas, de um tributo que

As reiteradas tentativas de empurrar este maldito imposto continuará contando com minha repulsa

se julgava de há muito sepultado".

Dando vazão a tal inconformismo, é que pouco tempo depois fora publicada outra matéria, sob título 'Malditos tributos', quando, seguindo nesse mesmo diapasão, expresse-me da forma seguinte: "Mal se consegue livrar de uma grave crise financeira, que se abateu até mesmo sobre as mais fortes economias do mundo, de variegada intensidade, eis que surge nova investida do governo federal, através sorrateiro envio ao Congresso Nacional da emenda nº 29, que, dentre outras regulamentações de natureza fiscal, engendra uma mal disfarçada substituição da CPMF (Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira) pela recém-alcunhada CSS, no percentual inicial de 0,1%, ali previsto".

Bem, ainda no governo Dilma Rousseff, nova publicação de minha autoria intitulada, desta vez, 'A famigerada CPMF', a

saber: "Este famigerado imposto mal disfarçado sob a roupagem de contribuição fiscal, criado inicialmente para socorrer a depauperada saúde pública por iniciativa do então ministro de Saúde, Habib Jatene, embora jamais utilizado para tal finalidade, e que acabou banido já há mais de 10 anos, por decisão do próprio Congresso Nacional, ameaça ser ressuscitado, na tentativa de salvação de um governo em franco processo de deterioração".

Frente, portanto, todas essas tentativas fracassadas da criação de nova CPMF, parece-nos, data vênua, inteiramente inoportuna fazê-lo retornar a apreciação do Congresso Nacional com a chamada reforma tributária, disfarçada, dessa vez, sobre o fragilíssimo título de imposto sobre operações financeiras, como forma de compensar a retirada dos encargos fiscais incidentes sobre a folha salarial dos empregados.

A TARDE

Estimular o consumo para mover a economia

Carlos de Souza Andrade

Presidente da Fecomércio-BA

O ano de 2020 está sendo de grande sacrifício para todo o mundo, e não seria diferente para o setor do comércio de bens e serviços da economia baiana. A pandemia do coronavírus destruiu os mercados, reduziu a demanda a níveis baixíssimos e atingiu em cheio o setor terciário, que é composto, majoritariamente, por pequenas e médias empresas. Mas, felizmente, os números da pandemia estão começando a se estabilizar, como atestam os órgãos de saúde. O comércio voltou a funcionar, os shopping centers reabriram suas portas, seguindo uma série de protocolos rígidos, e a maioria dos segmentos está atendendo o público novamente.

A economia vem se recuperando aos poucos e as vendas no comércio varejista baiano registraram em julho de 2020 um

crescimento de 9,7%, frente ao mês anterior, após aumentos de 7,7% e 11,1%, em junho e maio de 2020. É preciso, portanto, potencializar essa fase, pois a incerteza ainda paira em relação ao futuro, não apenas no que concerne à economia – o auxílio emergencial, que impediu uma queda nas vendas ainda maior, foi reduzido pela metade –, como também em relação à saúde, uma vez que uma segunda onda de contágio do coronavírus não pode ser totalmente descartada.

Aqui, vale lembrar dos cuidados que todos nós, cidadãos baianos, devemos ter no cumprimento dos protocolos, pois a preservação da vida é nossa preocupação primordial e é uma responsabilidade de todos. Nesse cenário, também é preciso alertar os empresários para o momento especial que o nosso estado e país vivem. É chegada a hora de investir em promoção e oferecer aos clientes ofertas atrativas que ampliem seu leque de oportunidades. Nesse sentido, saliento que uma parcela dos trabalhadores, especialmente das famílias da classe média, que conseguiram

manter seu salário durante a pandemia, terminaram por fazer uma espécie de "poupança forçada". Isso porque o isolamento social tirou as pessoas das ruas e com isso houve uma redução significativa de despesas, com combustível, gastos com restaurantes, bares, entretenimento e compras de todo tipo que foram suspensas pela impossibilidade de circular. Com isso formou-se uma massa de recursos que está girando na economia, essa "poupança forçada" que agora pode transformar-se em consumo e impulsionar o varejo. Os agentes econômicos (comerciantes) que durante meses viram seu faturamento cair drasticamente, podem agora apresentar ofertas e vantagens que estimulem o uso dessa poupança no consumo, que é o motor da economia. As empresas precisam, portanto, identificar essas e outras oportunidades, afinal, a recessão aconteceu e atingiu fortemente a todos, mas é hora de olhar para o futuro e buscar como alavancar os negócios para que o último quadrimestre do ano possa ser de crescimento.

A TARDE

LAVA JATO Investigação aponta que metrô de Salvador foi um dos alvos das empreiteiras

MPF denuncia executivos por cartel em obras de metrôs de oito capitais

DA REDAÇÃO E AGÊNCIAS

A força-tarefa Lava Jato do Ministério Público Federal (MPF) denunciou ontem cinco executivos de grandes empreiteiras que teriam formado um cartel entre 1998 e 2014 para fraudar as licitações de obras de transporte público em várias capitais do País. Os denunciados vão responder por crimes contra a ordem econômica.

São acusados pelo MPF: Benedicto Barbosa da Silva Júnior (ex-diretor de infraestrutura da Odebrecht), Márcio Magalhães Duarte Pinto (ex-diretor de finanças da Andrade Gutierrez), Othon Zanoide de Moraes Filho (ex-diretor de desenvolvimento comercial da Queiroz Galvão), Saulo Thadeu Catão Vasconcelos e Dalton dos Santos Avancini (ex-diretores de transportes da Camargo Corrêa).

Entre os processos licitatórios atingidos pelo grupo estão as linhas 2, 4 e 5 do metrô de São Paulo, as linhas 3 e 4 do Rio de Janeiro e ainda a construção ou expansão de ramais em Salvador, Brasília, Fortaleza e Porto Alegre.

Com o cartel, as propostas dos licitantes eram feitas com preço acima da média, gerando prejuízo de bilhões



Rafael Martins / Ag. A TARDE

Obras dos metrôs de São Paulo, Rio e Brasília estão entre as atingidas por cartel

Procuradora afirma que os prejuízos aos cofres públicos chegam a bilhões de reais

aos cofres públicos", afirma a procuradora regional da República, Janice Ascari, coordenadora da Lava Jato em São Paulo.

O "clube"

Segundo as investigações, o cartel teria se consolidado em 2004. Antes disso, alguns contratos haviam sido

repartidos entre a Camargo Corrêa, a Andrade Gutierrez e a Odebrecht. Foi a partir do aumento da concorrência no mercado dessas grandes obras que o grupo recebeu a adesão de mais duas empreiteiras: OAS e Queiroz Galvão. Com o aumento do grupo foram definidas as diretrizes da

atuação da organização nos anos seguintes.

Assim se deu a criação do Tatu Tênis Clube (TTC), uma entidade fictícia que os executivos fundaram para, com linguagem cifrada, colocar no papel os termos do acordo entre as cinco empresas.

O estatuto da entidade definia desde as regras para a divisão das obras, eventuais compensações de diferenças de valores entre os contratos até mecanismos de monitoramento do pacto. O nome do falso clube fazia referência ao "tatuzão", como ficou conhecido o equipamento utilizado na perfuração subterrânea para obras de metrô.

A identificação dos executivos no estatuto os relacionava a nomes de tenistas famosos. Márcio Magalhães Pinto, por exemplo, era "Guga", Benedicto da Silva Júnior aparecia como "Beker" (em alusão ao tenista alemão Boris Becker), e "Kooock" era o nome associado a Dalton Avancini, uma referência ao brasileiro Thomaz Koch.

Sempre por meio de metáforas esportivas, os executivos assumiam que o cartel existia para garantir a concentração de um mercado cada vez mais restrito devido às poucas obras em execução na época.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 30/09/2020	Página:

Correio*

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redebahia.com.br

@satelite

●● No primeiro semestre de 2020, A Bahia foi responsável por 32% de toda a energia eólica do Brasil. Energia limpa, que não agride o meio ambiente e deve ser cada vez mais incentivada no estado Paulo Câmara

Deputado estadual pelo PSDB

Preço da mordomia

Mesmo em ano de pandemia e fraco movimento no Congresso, os deputados federais da Bahia já consumiram desde o início de janeiro mais de R\$ 8,5 milhões da chamado cotão, recurso destinado pela Câmara para cobrir custos de cada parlamentar com alimentação, passagens de avião, combustíveis e aluguel de veículos, entre outros. Em primeiro lugar da lista, com gastos acumulados de R\$ 321 mil, está Joseildo Ramos (PT), seguido por Elmar Nascimento (DEM) e Daniel Almeida (PCdoB), com R\$ 305 mil e R\$ 304 mil, respectivamente. Completam o time dos cinco deputados baianos com maior volume de despesas bancadas pelo cotão Alex Santana (PDT) e Uldurico Júnior (Pros), que custaram R\$ 302 mil e R\$ 294 mil aos cofres públicos.

TABELA DE BAIXO

Na fila dos mais econômicos, estão Márcio Marinho (Republicanos), Pastor Isidório (Avante) e João Carlos Bacelar (PL), com R\$ 122 mil, R\$ 127 mil e R\$ 129 mil. Tito (Avante), embora tenha a menor conta, R\$ 120 mil, está de licença desde junho para disputar a prefeitura de Barreiras.

Fatias grossas

Em relação ao tipo de gasto, os 39 parlamentares da bancada do estado destinaram grande parte da cotão, R\$ 2,5 milhões, para divulgar o mandato. Com locação ou fretamento de veículos, as despesas somaram R\$ 1,6 milhão. Consultorias e pesquisas levaram R\$ 1,4 milhão. Manutenção de escritório político na Bahia, mais R\$ 1,2 milhão. Passagens aéreas e combustíveis, juntos, custaram aproximadamente R\$ 1,3 milhão.

Agora, só mais tarde

Servidores graduados da Assembleia Legislativa já foram avisados por parlamentares da Mesa Diretora da Casa que o retorno às atividades presenciais no Legislativo só ocorrerá, pelas previsões mais otimista, na segunda quinzena de novembro. Com os deputados envolvidos em campanhas eleitorais na capital e interior, explicaram, reabrir a Assembleia agora não serviria para nada.

Roda-gigante

Presidente nacional do DEM, o prefeito ACM Neto desembarcou ontem em Brasília para discutir com a cúpula do partido a estratégia final para as eleições nas capitais e grandes cidades.

Trunfo na mão

O vereador Alexandre Aleluia (DEM) ganhou peso estratégico para a campanha do democrata Bruno Reis a prefeito de Salvador. Aliado de primeira hora de Jair Bolsonaro e amigo dos filhos do presidente, sobretudo Eduardo, Aleluia é adversário de Cezar Leite, candidato do PRTB que tenta surfar a onda do bolsonarismo, e pode funcionar como anteparo contra eventual perda de votos de Reis junto a essa parcela do eleitorado.

Chame gente!

A produtora baiana Maré foi autorizada pela Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura a captar R\$ 991 mil, através da Lei Rouanet, para viabilizar uma exposição sobre a vida e obra do cantor e compositor Moraes Moreira, que morreu em 13 de abril deste ano.

ACM Neto envia à Câmara orçamento de capital para 2021

PROJETO O prefeito ACM Neto enviou ontem à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária para 2021 com orçamento estimado em R\$ 8,03 bilhões. Com essa receita, o novo prefeito deverá administrar um orçamento no mesmo patamar de 2020, que foi R\$ 8,05 bilhões. Saúde, educação e assistência social concentram 45% da receita estimada, com recursos de R\$ 3,6 bilhões. As informações são da Secom.

Na mensagem, Neto lembra que a proposta orçamentária foi concebida em um ambiente de elevada incerteza, em virtude da crise sanitária ainda em curso. Mas aponta números que indicam a expectativa de que a economia venha a se restabelecer, numa trajetória de relativa estabilidade, tendo em vista a previsão para 2021 de uma inflação na casa de 3,01% e um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 3,5%.

Ainda de acordo com a Secom, na área de mobilidade urbana, recursos da ordem de R\$ 193,2 milhões vão viabilizar a execução dos trechos do BRT, além de um conjunto de obras complementares para facilitar e desobstruir o trânsito, envolvendo dois viadutos direcionais ligando a Avenida ACM ao Acesso Norte e à Rótula do Abacaxi. Também estão previstos o mergulho bidire-

cional Tancredo Neves-Magalhães Neto e a ponte sobre o Rio Camurujipe, na direção da Paralela.

Para o Projeto de Saneamento Ambiental e Urbanização da Bacia do Mané Dendê, no Subúrbio Ferroviário, estão destinados cerca de R\$ R\$ 163,4 milhões dos R\$ 499,5 milhões previstos.

Nas áreas de cultura e turismo estão previstos R\$ 168,4 milhões, envolvendo, dentre outras intervenções, as melhorias do Centro Histórico, a implantação do Museu da Música Brasileira de Salvador e a Criação da Casa da História de Salvador, além da urbanização da orla nos trechos Stela Maris/Ipitanga/Praia do Flamengo.

A mensagem também destaca a destinação de R\$ 633,6 milhões para a manutenção da cidade, a serem aplicados em serviços de conservação de vias, iluminação pública, limpeza urbana, poda de árvores, requalificação de escadarias e limpeza de canais.

O prefeito destaca a garantia do cumprimento do programa de trabalho contido no orçamento: "É com essa convicção que, ao longo desses oito anos de gestão, se tem trabalhado arduamente, buscando a melhoria da qualidade de vida e a promoção da dignidade do cidadão soteropolitano".

8,03

bilhões de reais é o orçamento previsto para o ano que vem e enviado aos vereadores para votação

45%

da receita estimada é o valor para as áreas de saúde, educação e assistência social, com recursos da ordem de R\$ 3,6 bilhões

168,4

milhões de reais é o que está destinado para as áreas de cultura e turismo da capital

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 30/09/2020	Página:

Correio*

Rombo nas contas do governo chega a R\$ 647,8 bi

ATÉ AGOSTO As contas do governo central registraram um déficit primário de R\$ 96,096 bilhões em agosto, o pior desempenho para o mês da série histórica, que tem o início de 1997. O resultado, que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, sucede o déficit de R\$ 87,835 bilhões de julho. Em agosto de 2019, o resultado havia sido negativo em R\$ 16,821 bilhões.

O rombo do mês passado foi menor que as expectativas do mercado financeiro, cuja mediana apontava um déficit de R\$ 100,05 bilhões, de acordo com levantamento do Projeções Broadcast junto a 21 instituições financeiras. O dado do mês

96
bilhões de reais é o déficit registrado em agosto deste ano, o maior para o mês desde o início da série histórica em 1997

passado ficou dentro do intervalo das estimativas, que eram de déficit de R\$ 123,60 bilhões a R\$ 66,30 bilhões.

Em agosto, as receitas tiveram alta real de 1,0% em relação a igual mês do ano passado. Já as despesas subiram 74,3% na mesma comparação, já descontada a inflação, devido ao aumento dos gastos para fazer frente à pandemia do coronavírus.

No acumulado dos primeiros oito meses do ano, o resultado primário é negativo em R\$ 601,283 bilhões, também o pior desempenho para o período da série histórica. Em relação a igual período de 2019, há queda de 15,0% nas receitas e avanço de 45,1% nas despesas em termos reais.

Em 12 meses até agosto, o governo central apresenta um déficit de R\$ 647,8 bilhões – equivalente a 8,96%

do PIB. A meta fiscal para este ano admitia um déficit de até R\$ 124 bilhões nas contas do governo central, mas a aprovação pelo Congresso do decreto de calamidade pública para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus autoriza o governo a descumprir essa meta em 2020.

Ontem, o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, atualizou a projeção da equipe econômica para o rombo do Governo Central em 2020, com uma estimativa de déficit de R\$ 871 bilhões (12% do PIB), ante projeção anterior de R\$ 866,4 bilhões (12,1%). Já a Proposta de Lei Orçamentária (PLOA) de 2021 prevê um novo déficit de R\$ 233,6 bilhões no próximo ano. Em 2019, o déficit do governo central ficou em R\$ 95,065 bilhões.

Alta do dólar leva Petrobras a reajustar combustíveis

REFINARIAS A Petrobras vai aumentar em 5% os preços da gasolina e em 3% os do diesel em suas refinarias e bases a partir de hoje. De acordo com a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), o percentual de reajuste vai representar um acréscimo de R\$ 0,0831 no litro da ga-

solina e de R\$ 0,0489 no litro do diesel. O reajuste pode ser repassado na íntegra, de forma parcial ou ser absorvidos pelos postos que têm liberdade de mercado para ditar os preços cobrados ao consumidor final.

O último aumento de preços foi no dia 20 de agosto. Apesar de os preços interna-

cionais do petróleo continuarem relativamente baixos – nesta terça-feira o do tipo brent estava sendo negociado a US\$ 40,93 o barril – o câmbio tem sido desfavorável para os combustíveis, com o dólar tendo uma forte valorização frente o real, o que motivou este aumento.

Veículo: Correio
Data: 30/09/2020

Caderno:
Página:

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Renda cidadã e o senador sem noção

Desde que apresentou o programa Renda Cidadã, o senador Márcio Bittar (MDB-AC) tem defendido a proposta como um cidadão sem noção. Em inúmeras conversas e entrevistas nos dois últimos dias, Bittar tem deixado de cabelo em pé seus interlocutores, sejam eles jornalistas, economistas ou investidores do mercado financeiro. Sem nenhum constrangimento, é capaz de afirmar na mesma frase que "atraso no pagamento de dívida não é calote", para depois acusar de "hipócritas" aqueles que entendem o contrário. Quanto mais Bittar fala, menor parece a chance de aprovação do novo programa de renda mínima.

"O governo brasileiro está re-negociando sua dívida", justifica. Em qualquer lugar do mundo, o nome disso é calote, especialmente quando é feito de forma unilateral, sem negociação. No caso dos precatórios, o governo atrasará o pagamento mesmo após decisão judicial. Mas Bittar não se deixa abalar e complementa: "Você vai pagar praticamente um terço do que deve e dizer ao credor: O mundo entrou em uma crise e nós não saímos dela ainda, vamos ter que equacionar." A fala contraria não apenas os bons costumes econômi-

cos, como demonstra que a recuperação não é tão rápida quanto diz o governo, já que o Renda Cidadã só entraria em vigor no ano que vem.

Bittar disparou indiretas ao aliado Paulo Guedes. Disse que "o mercado não é Deus" e que em uma reunião com o governo fez questão de dizer "a um ministro" que se os investidores fossem tão inteligentes não teriam apoiado governos de esquerda no Brasil. Ainda assim, dividiu o ônus do projeto com a equipe econômica. "Não apresentaria uma proposta que não estivesse chancelada pela equipe econômica do governo do presidente Jair Bolsonaro, através do ministro Paulo Guedes."

Bittar já havia chamado atenção no ano passado quando apresentou um Projeto de Lei ao

Relator do projeto, Márcio Bittar (MDB-AC), tem deixado seus interlocutores de cabelo em pé

lado do senador Flavio Bolsonaro para acabar com a Reserva Legal. Se fosse aprovado, as propriedades rurais ficariam liberadas para o desmatamento de vegetação nativa. O PL não foi adiante, mas não antes de os senadores afirmarem que "o aquecimento global era discurso

apocalíptico para barrar o progresso" e que os EUA eram mais ricos que o Brasil porque derrubaram suas florestas a favor da agricultura.

Ontem, irritado com uma pergunta da jornalista Julia Duallibi na Globonews, Bittar a chamou de "querida", para depois confundir Nelson Rodrigues com Nelson Gonçalves e afirmar que "a vida é como ela é". Queria dizer que o governo enfrentaria resistências caso tentasse cortar gastos para financiar o programa, e que por isso buscou outro caminho. Como todo sem noção, não percebeu que confessava naquele momento o truque da contabilidade criativa.

BRASIL FICA PARA TRÁS

Enquanto a bolsa brasileira está em último lugar na comparação

com outras seis economias emergentes, com perdas de 42% em dólar este ano, o principal índice da Coreia do Sul tem valorização de 4,85%. Curiosamente, o país asiático foi dos que melhor controlou a pandemia, com testes em massa, rastreamentos e isolamento social. No Brasil o governo deixou o vírus correr solto, ao mesmo tempo em que abriu a torneira dos gastos. O resultado foi desvalorização da moeda e queda da bolsa, que em reais também não voltou ao nível pré-pandemia.

LOCADOR X LOCATÁRIO

O Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi-SP) já fez as contas para o reajuste dos aluguéis tendo como referência o IGP-M. O índice calculado pela FGV disparou 17,94% nos 12 meses até agosto e pode dar dor de cabeça aos inquilinos. Mas para o professor Luiz Roberto Cunha, da PUC-Rio, não faz sentido usar esse indicador, que tem forte influência do dólar e está fora da realidade: "O mercado está do lado do inquilino. Fora locais específicos, não é hora de ficar com imóvel vazio", afirmou.

ALVARO GRIBEL (INTERINO. COLUNISTA ESTÁ DE FÉRIAS.

Área da cultura ganhará editais de apoio na Bahia

Trabalhadores das artes visuais, circo, dança, audiovisual, literatura, música e teatro serão beneficiados através da Lei Aldir Blanc

Hilza Cordeiro

REPORTAGEM

hilza.cordeiro@redebahia.com.br

Como em todos os outros estados, a Bahia sofreu duros impactos devido à necessidade das medidas de isolamento social. Se viver de cultura e arte já era difícil no Brasil, a pandemia tornou isto ainda pior com o cancelamento de shows e eventos, e o fechamento de diversos espaços culturais. Nesta quarta-feira, dois editais foram publicados no Diário Oficial do Estado para tentar minimizar esses efeitos. Outros seis certames serão publicados nos próximos dias e, ao todo, mais de R\$ 50,7 milhões em recursos serão destinados à área de cultura de toda a Bahia.

Os dois primeiros são da Fundação Cultural do Estado da Bahia e do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. Pela Funceb, está sendo lançado o Edital Prêmio Jorge Portugal, voltado para incentivo a projetos artísticos e culturais que estimulem a criação, formação, produção, difusão, memória e pesquisa das artes no território baiano, estando dividido em sete categorias: artes visuais, circo, dança, audiovisual, literatura, música e teatro.

Os interessados terão até 19 de outubro para se inscrever. O link ficará disponível nos sites da fundação e da própria Secretaria de Cultura da Bahia. Diretora da Funceb, Renata Dias disse que, depois de debates iniciados em maio, nos quais foram discutidos pontos da Lei Emergencial Aldir Blanc, foi possível coletar contribuições de artistas para fundamentar esse momento. A fundação ficou com a maior fatia dos recursos, provenientes do governo federal, e por meio dela serão distribuídos R\$ 25 milhões.

Deste montante, R\$ 24 milhões vão para o Prêmio Jorge Portugal, que terá 380 propostas contempladas, de pessoas físicas e jurídicas, podendo concorrer conteúdos inéditos em formato digital. Serão premiadas 46 pro-

postas de artes visuais, 48 de audiovisual, 44 de circo, 43 de dança, 46 de literatura, 56 de teatro e 97 de música (dentre as quais 40 são destinadas às filarmônicas).

O R\$ 1 milhão restante vai para o Edital Prêmio de Exibição Audiovisual, que será publicado nos próximos dias, e premiará obras audiovisuais de curta, longa metragem e seriados, de produção independente, na categoria ficção, documentário e animação. As produções serão exibidas nas emissoras e portal do Irdeb, e também no Circuito Luiz Orlando de Exibição Audiovisual, administrado pela Diretoria de Audiovisual da Funceb.

Nestas chamadas públicas, 50% dos recursos serão repassados a grupos de manifestação cultural da população negra, em atenção a determinação de decreto estadual. Os editais terão pontuação adicional para proponente que se autodeclarar mulher ou residir no interior do estado.

SELEÇÃO

Já pelo Ipac, serão contemplados projetos de salvaguarda do patrimônio imaterial por meio de chamada pública, com R\$ 6 milhões em recursos para atividades como a capoeira, os ofícios de baianas de acarajé e vaqueiros, terreiros de candomblé do Recôncavo e festas como o Carnaval de Maragogipe, Cortejo 2 de Julho, Desfile de Afoxés, Festa da Boa Morte, Festa de Santa Bárbara e Bembé do Mercado.

O próprio instituto coordenará a seleção das propostas culturais que tenham como objetivo a preservação, valorização, pesquisa, inventário, publicação, difusão, dinamização e desenvolvimento de dossiês de pesquisa e estudos de normatização de patrimônio cultural imaterial do estado. "A partir do lançamento, a sociedade civil organizada terá até o dia 31 de maio para execução de produtos importantes no desenvolvimento da salvaguarda", disse João Paulo Oliveira, diretor do Ipac.

Trata-se de uma ação afirmativa com objetivo de valorizar a participação destes atores sociais na direção ou produção executiva dos projetos, assim como valorizar a presença de empresas produtoras do interior do estado **Renata Dias**

diretora da Funceb

A partir do lançamento, a sociedade civil organizada terá até o dia 31 de maio para execução de produtos importantes no desenvolvimento da salvaguarda **João Paulo Oliveira**

diretor do Ipac

As chamadas públicas vão movimentar a cultura de todos os territórios de identidade do estado, premiar projetos e artistas que impactam as suas comunidades **Arany Santana**

secretária estadual da cultura

DIVULGAÇÃO



A secretária Arany Santana

Inscrições seguem abertas até dia 19 de outubro

Nos próximos dias, o governo estadual promete outras publicações divididas em prêmios, chamamentos e aquisições. As convocatórias serão realizadas utilizando os recursos da Secretaria Especial de Cultura, do Ministério do Turismo, em cumprimento à Lei Aldir Blanc, aprovada no fim de junho.

Em todos os editais, poderão se inscrever pessoas físicas ou jurídicas que estejam estabelecidas ou domiciliadas na Bahia há pelo menos dois anos. Os grupos e coletivos culturais que não são pessoa jurídica deverão comprovar sua atuação no estado há pelo menos dois anos.

As publicações seguintes serão feitas através dos Centros de Cultura Populares e Identitárias (CCPI), Fundação Pedro Calmon (FPC) e dos Pontos e Pontões de Cultura. Secretária estadual de Cultura, Arany Santana declarou que foram inúmeros meses de trabalho e debate para que se pudesse chegar a esse momento tão aguardado pela comunidade cultural baiana, que amargava a falta de um auxílio-emergencial para o setor.

"As chamadas públicas lançadas por meio do Programa Aldir Blanc Bahia têm por objetivo serem simplificadas e abrangentes, visando uma rápida execução para cumprirmos os prazos da regulamentação federal, e contemplar ações e propostas que vão movimentar a cultura de todos os territórios de identidade do estado, premiar projetos e artistas, coletivos, mestres, grãos, que impactam as suas comunidades e os públicos com os quais lida", disse.

INSCRIÇÕES

● Até 19/10

● Mais informações e inscrições <http://www.cultura.ba.gov.br/>

● Prazo para execução dos projetos 31/5

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 30/09/2020	Página: 02

Tribuna

Incentivos 1

A Câmara Municipal de Salvador aprovou por maioria de votos o Projeto de Lei nº 201/20, que institui benefícios fiscais especiais destinados a mitigar os impactos econômicos da Covid-19. O texto do Executivo foi apreciado em sessão ordinária ontem. O projeto ganhou quatro emendas, de um total de 10 apresentadas e apreciadas em plenário. Os vereadores Marcos Mendes (PSOL), Marta Rodrigues (PT), Aladilce Souza (PCdoB) e Sílvio Humberto (PSB) lamentaram a rejeição pela CCJ de suas emendas.

Incentivos 2

Ainda na 35ª Sessão Ordinária da 18ª Legislatura, os vereadores aprovaram, por maioria, o Projeto de Lei nº 173/20, também de autoria do Executivo Municipal. A matéria institui na capital baiana o Plano de Incentivos Fiscais no âmbito do Programa Salvador 360 para estímulo ao desenvolvimento econômico e à geração de empregos. Não concordaram com o projeto os vereadores Edvaldo Brito (PSD), Marcos Mendes, Aladilce Souza, Marta Rodrigues, Sílvio Humberto e Sidninho (Podemos).

Orçamento

O prefeito ACM Neto enviou ontem à Câmara de Vereadores o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA/2021) com orçamento estimado de R\$ 8,03 bilhões. Com essa receita, o novo prefeito que vai assumir em janeiro do próximo ano deverá administrar um orçamento no mesmo patamar de 2020, que foi R\$ 8,05 bilhões. Saúde, educação e assistência social concentram 45% da receita estimada, com recursos da ordem de R\$3,6 bilhões.

Hospital

A segunda agenda do governador Rui Costa na região oeste, ontem, ocorreu no município de Coribe, onde foi entregue uma nova praça no distrito de Ranchinho. O Governo do Estado investiu cerca de R\$ 600 mil no equipamento que atende dois mil moradores da localidade. Na sede do município, Rui Costa participou da inauguração do Hospital Municipal Antônio Joaquim Lopes. O governo estadual investiu mais de R\$ 330 mil em equipamentos permanentes: um respirador, uma mesa cirúrgica, um foco de teto em LED, bisturi elétrico, três monitores multiparâmetros, um colposcópio, dois reanimadores.

Tribuna

SALVADOR

Novo prefeito terá orçamento de R\$ 8,03 bilhões para gerir



O PREFEITO ACM Neto, que encerra o mandato em dezembro, enviou o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA/2021) para a Câmara de Vereadores

REDAÇÃO

O novo prefeito de Salvador, que será eleito em novembro deste ano, terá orçamento estimado de R\$ 8,03 bilhões para gerir. Ontem, o prefeito ACM Neto (DEM), que encerra o mandato em dezembro, enviou o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA/2021) para a Câmara de Vereadores. Com essa receita, o novo prefeito que vai assumir em janeiro do próximo ano deverá administrar um orçamento no mesmo patamar de 2020, que foi R\$ 8,05 bilhões. Saúde, educação e assistência social concentram 45% da receita estimada, com recursos da ordem de R\$3,6 bilhões.

Na mensagem, ACM Neto afirmou que a proposta orçamentária foi concebida em um ambiente de

"elevada incerteza, em virtude da crise sanitária ainda em curso". Mas aponta números que indicam a expectativa de que a economia venha a se restabelecer, numa trajetória de relativa estabilidade, tendo em vista a previsão para 2021 de uma inflação na casa de 3,01% e um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 3,5% , ainda que sob uma base deprimida projetada para 2020 em -5,11%.

O prefeito disse ainda que há a garantia do cumprimento do programa de trabalho contido no orçamento, confirmando os compromissos de entrega assumidos pela administração. "É com essa convicção que, ao longo desses oito anos de gestão, se tem trabalhado arduamente, buscando a melhoria da qualidade de vida e a promoção da dignidade do cidadão soteropolitano, sem

perder de vista a necessidade de tornar Salvador uma metrópole competitiva e reconhecida em âmbito nacional e internacional", diz, em trecho da mensagem.

Para o secretário da Casa Civil, Luiz Carreira, a proposta orçamentária assegura ao próximo prefeito a manutenção de um nível elevado de investimentos públicos. "Graças ao trabalho de equilíbrio fiscal promovido pelo prefeito ACM Neto, a cidade continuará em 2021 com um amplo programa de investimentos, especialmente, nas áreas sociais e de infraestrutura", declarou ele.

Na área de mobilidade urbana, recursos da ordem de R\$ 193,2 milhões vão viabilizar a execução dos trechos do BRT, além de um conjunto de obras complementares para facilitar e desobstruir o trânsito, envolvendo dois viadutos di-

recionais ligando a Avenida ACM ao Acesso Norte e à Rótula do Abacaxi, segundo a gestão municipal. Também estão previstos o mergulho bidirecional Tancredo Neves-Magalhães Neto e a ponte sobre o Rio Camurujepe, na direção da Paralela.

Para o Projeto de Saneamento Ambiental e Urbanização da Bacia do Mané Dendê, no Subúrbio Ferroviário, está destinado um desembolso da ordem de R\$ R\$ 163,4 milhões dos R\$ 499,5 milhões previstos. Nas áreas de cultura e turismo estão previstos R\$ 168,4 milhões, envolvendo, dentre outras intervenções, as melhorias do Centro Histórico, a implantação do Museu da Música Brasileira de Salvador e a Criação da Casa da História de Salvador, além da urbanização da orla nos trechos Stela Mares/Ipitanga/Praia do Flamengo.

Tribuna

Em Coribe, Rui entrega praça e equipamentos para hospital

A segunda agenda do governador Rui Costa na região oeste, nesta terça-feira (29), ocorreu no município de Coribe, onde foi entregue uma nova praça no distrito de Ranchinho. O Governo do Estado investiu cerca de R\$ 600 mil no equipamento que atende dois mil moradores da localidade.

Na sede do município, Rui Costa participou da inauguração do Hospital Municipal Antônio Joaquim Lopes. O governo estadual investiu mais de R\$ 330 mil em equipamentos permanentes: um respirador, uma mesa cirúrgica, um foco de teto em LED, bisturi elétrico, três monitores multiparâmetros, um colposcópio, dois

reanimadores.

"Ao longo de cinco anos, nenhum estado brasileiro fez o volume de investimentos que a Bahia está fazendo na área da saúde pública. Estamos reforçando não somente a atenção básica como também a média complexidade. Aqui na região, já entregamos mais 60 leitos no Hospital do Oeste e estamos ampliando uma área para montar toda uma estrutura da área de cardiologia e outra área para o tratamento de câncer, incluindo quimioterapia e radioterapia", revelou Rui.

Na oportunidade, o governador ainda autorizou a publicação de edital para licitar a obra de restaura-



ção e pavimentação do acesso de Jaborandi, no entroncamento da BR-135. O investimento previsto é de R\$ 1,5 milhão. Rui Costa também participou

da entrega da obra de pavimentação e urbanização do bairro Novo Horizonte.

Na manhã desta terça (29), o governador esteve

na cidade de Santana, onde entregou o novo Mercado Municipal e a requalificação da estrutura física do Hospital do município. Também fez

parte da primeira agenda do dia a entrega da pavimentação do acesso à BA-172. As ações contaram com um total de investimento de R\$ 5 milhões.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CREDORES ART. 52, §1º DA LEI 11.101/2005

PROCESSO Nº: 8674934-88/2020.9.05.0001
Classificação: RECUPERAÇÃO JUDICIAL (129)
REQUERENTE: HOSPITAL EVANGÉLICO DA BAHIA
REQUERIDO: BANCO DAYCOVAL S/A
PRAZO: 15 DIAS
O(A) Doutor(a) BENICIO MASCARENHAS NETO, MM. Juiz(a) de Direito, 1º Substituto da 1ª VARA EMPRESARIAL da Comarca de Salvador, do Estado da Bahia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER que por parte de HOSPITAL EVANGÉLICO DA BAHIA, CNPJ 15.171.093/0001-94, com sede e administração central nesta Comarca de Salvador/BA, na Avenida Dom João VI, 1291, Brotas, Salvador/BA, CEP: 40.255-000, foram requeridos os benefícios de Recuperação Judicial, na forma dos artigos 47 e seguintes da Lei 11.101/2005, tendo por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira da devedora. Consta da inicial (ID nº 99783542) que a Requerente é associação civil sem fins lucrativos que presta serviços exclusivamente hospitalares, com atuação no mercado há mais de 60 anos. Realizado o relatório de constatação de perícia prévia (IDs nº 60334908, 60334956 e 60334961), nos termos do art. 52 da lei 11.101/2005, foi proferida decisão (ID nº 697308591), delimitando o processamento da recuperação judicial e determinando as seguintes providências: "1) Com base no art. 52, I e art. 64, nomeio como Administrador Judicial a pessoa jurídica BEHRMANN RÁTIS ADVOGADOS, CNPJ 07.755.609/0001-10, que tem como representante legal o Dr. Carlos Eduardo Behrmann Rátis - OAB-BA 15.901-, com sede na Av. Tancredo Neves, 1632, Ed. Salvador Trade Center, Torre Norte, sala 901, Caminho das Árvores, Salvador-Ba. E-mail: contato@behrmann.ratis.com, ou carlosratis@uol.com.br-, telefone 3341-0078, para fins do quanto preconiza o art. 22, III, devendo ser informado para, em 48 horas, assinar o termo de homologação. Ficando autorizada a intimação via e-mail institucional." 1) Caso seja necessária

TCE/BA retoma hoje as atividades presenciais

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) retomará suas atividades presenciais a partir do dia 30 de setembro (quarta-feira) seguindo orientações de um Protocolo de Retomada, elaborado de acordo com as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a flexibilização do isolamento social decorrente da pandemia da Covid-19. No último fim de semana, todas as instalações do prédio do Tribunal passaram por novo e completo processo de sanitização, para dar mais segurança ao processo de retomada.

A decisão de reiniciar as atividades presenciais foi tomada pelo presidente do TCE/BA, conselheiro Gildásio Penedo Filho, após consulta aos demais conselheiros e considerar os dados dos relatórios diários divulgados pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab) relativos à pandemia, bem como o aumento da capacidade de atendimento às demandas por leitos hospitalares na cidade de Salvador.

BRUNO FUNCHAL

Secretário vê na reação do mercado um 'alerta'

MARCELLO CORRÊA

O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, disse ontem que a reação do mercado financeiro à proposta de rolar dívidas judiciais da União para financiar o Renda Cidadã é um "alerta" que deve ser considerado na discussão da medida.

— O mercado já deu um alerta. Agentes econômicos em geral. Tanto a proposta quanto os sinais emitidos pelo mercado têm que ser levados em consideração no debate daqui em diante. Essa foi uma solução política apresentada. Agora, cabe a nós mostrar o que significa isso, qual é a repercussão que tem. Ontem mesmo a curva de juros subiu, porque esse aumento

de despesa por conta de um programa de transferência de renda não está sendo feito via redução de outra despesa, mas sim uma postergação de pagamento. Isso traz uma percepção de risco — disse Funchal, durante coletiva de imprensa.

Questionado por jornalistas, o secretário evitou emitir um posicionamento formal do Tesouro a respeito da medida e afirmou que ainda não viu o texto da proposta, que foi apresentada nesta segunda pelo governo e líderes do Congresso, após uma reunião com o presidente Jair Bolsonaro.

A ideia é limitar o pagamento dos chamados precatórios — débitos contraídos pela União por derrotas na Justiça — a 2% da receita

corrente líquida do ano.

Essa trava reduziria a previsão de despesa com essas dívidas de R\$ 55 bilhões para R\$ 16 bilhões. A diferença poderia ser usada para financiar o programa social. O problema é que o plano não elimina a obrigação de que as dívidas sejam pagas, apenas empurra o estoque para frente.

Na segunda, agentes do mercado financeiro acusaram o governo de defender uma "pedalada", termo cunhado no governo Dilma Rousseff para descrever manobras fiscais feitas pela ex-presidente e resultaram no impeachment em 2016.

A proposta também prevê o uso de parte dos recursos do Fundeb, o fundo que financia a educação básica,

para aumentar o orçamento do novo programa. A medida é considerada por especialistas uma forma de burlar o teto de gastos, já que o dinheiro do fundo não está sujeito à trava fiscal.

Para Funchal, não há risco de contabilidade criativa nesse ponto do projeto, mas novamente disse que não viu o texto:

— Não tem intenção, nem tentativa de driblar o teto. A gente sabe que o teto é baseado em credibilidade. Na discussão que estava sendo feita, na época do Fundeb, no modelo de Renda Cidadã você tem elementos ligados à educação e manter alunos na escola. Isso justificaria o uso de recursos da educação para uma parte do programa.

MUITOS

Obstáculos do governo para criar o Renda Cidadã

Sem informar qual será o valor do novo benefício e o custo total do programa, o governo de Jair Bolsonaro anunciou na segunda-feira (28/09) a intenção de criar o Renda Cidadã como substituto do Bolsa Família e do auxílio emergencial que termina em dezembro. O anúncio pouco detalhado veio após meses de expectativa em torno da criação de um novo programa de transferência de renda, visto dentro do governo como um importante trunfo para manter o ganho de popularidade do presidente obtido depois da adoção do auxílio emergencial para proteger os brasi-

leiros mais pobres do impacto da pandemia de coronavírus na economia.

A demora para criação do novo benefício — que originalmente seria chamado de Renda Brasil — decorre da dificuldade de garantir recursos para um programa de elevado custo num momento de crise fiscal e despesas limitadas pelo Teto dos Gastos (regra que restringe o crescimento das despesas à inflação).

"Estamos buscando recursos com responsabilidade fiscal e respeitando a lei do teto. Queremos mostrar à sociedade, ao investidor, que o Brasil é um país confi-

ável", afirmou Bolsonaro, após reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, líderes do governo no Congresso e outros parlamentares para discutir o novo programa. Apesar da fala do presidente, logo após anúncio já surgiram críticas entre economistas à proposta do governo de retirar recursos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e do pagamento de precatórios (valores que a União tem de pagar por decisão judicial) para financiar o Renda Cidadã.

Ao lado de Bolsonaro,

o senador Marcio Bittar (MDB-AC) explicou que a proposta do governo é o Renda Cidadã incorporar os R\$ 34,8 bilhões previstos para o Bolsa Família em 2021. Além disso, a ideia é usar até 5% do aumento dos recursos do Fundeb, recentemente aprovado no Congresso, para o novo programa.

A terceira fonte de recursos virá da criação de um limite anual para os gastos com precatórios equivalente a 2% da Receita Corrente Líquida da União, o que liberaria parte dos R\$ 55 bilhões previstos para essa despesa na proposta de Orçamento do governo para 2021.

MANSUETO ALMEIDA

‘Medidas populistas terão custo alto para o País’

JOSÉ FUCS, O ESTADO DE S. PAULO

O economista cearense Mansueto Almeida, ex-secretário do Tesouro Nacional, é um dos técnicos mais respeitados do País quando o que está em pauta é a questão fiscal. Em 15 de julho, depois de mais de vinte anos ocupando diferentes postos no serviço público, em Brasília, interrompidos apenas entre 2014 e 2016, quando pediu licença para atuar como consultor, ele deixou o governo para voltar à iniciativa privada. Vai se tornar sócio e economista-chefe do banco BTG Pactual, em São Paulo, assim que terminar a quarentena remunerada de seis meses imposta aos cargos mais altos do funcionalismo.

Em sua primeira entrevista desde a saída do Tesouro, Mansueto, que completa 53 anos nesta quarta-feira, 30, afirmou ao Estadão que todo mundo vai perder se as contas públicas saírem do trilho. “Se a gente esquecer o controle de gasto e aumentar a carga tributária, não vai crescer muito”,

disse. “É um caminho que me assusta. Eu espero que a gente não vá por aí.”

Segundo ele, se o governo fizer alguma “folice” do ponto de vista fiscal, a inflação vai voltar, os juros vão subir muito – não agora, em dois ou três meses, mas dentro de um ano a um ano e meio – e o País terá um problema muito sério para administrar mais à frente. “Se o debate político nos levar a adotar medidas populistas, já que os benefícios de curto prazo são maiores do que os danos, que vão aparecer aos poucos, o custo será muito alto”, afirma. “Os juros vão aumentar, a inflação vai voltar, os desequilíbrios setoriais vão se acentuar e o investimento vai cair.”

Qual a sua visão sobre a atual situação fiscal do País? Como o Brasil vai sair da pandemia neste quesito?

É um pouco preocupante. Quando o teto dos gastos foi aprovado, em 2016, estava previsto um ajuste fiscal gradual, que o mercado

aceitou. Qual era a lógica do teto? Com a economia crescendo 2,5% ao ano, a despesa não financeira do governo central cairia cinco pontos percentuais do PIB (Produto Interno Bruto) no espaço de dez anos, o equivalente a 0,5 ponto do PIB por ano. Com isso, o déficit primário praticado na época, de 2,5% do PIB, seria transformado num superávit de 2,5% do PIB em 2026. A previsão era já zerar o déficit primário em 2021. Só que, segundo o orçamento enviado pelo governo ao Congresso, o déficit estimado para o ano que vem é de 3% do PIB. Ou seja, segurando a despesa, depois de cinco anos de o teto de gastos ter entrado em vigor, o déficit primário aumentou, em vez de diminuir.

Na prática, o que isso significa para a economia do País?

Isso quer dizer que o esforço fiscal tem de aumentar e não diminuir. Apesar da contenção de gastos e da queda da despesa discricionária, o orçamento de 2021

aponta que a despesa não financeira do governo central será de 19,8% do PIB no próximo ano. Em 2016, ano-base do teto, ela foi de 19,9% do PIB. Ou seja, a despesa praticamente não caiu nos primeiros cinco anos do teto de gastos – com um agravante. No orçamento de 2021, o governo estimou que a receita líquida será de 16,7% do PIB. É mais ou menos dois pontos do PIB a menos do que a média de 2011 a 2013. Em relação aos últimos dois ou três anos, haverá uma perda de um ponto do PIB em arrecadação. É muita coisa. A gente já vinha perdendo arrecadação, mas isso ficava um pouco mascarado, porque havia receitas extraordinárias. Em 2020, com a queda do PIB, que será recuperada apenas em parte no ano que vem, considerando a estimativa de crescimento de 3,5% do mercado, a receita ainda ficará abaixo de antes da crise.

Quando a economia cresce mais rápido, todos os indicadores fiscais melhoram

Contas do governo têm rombo recorde de R\$ 96 bilhões em agosto

IDIANA TOMAZELLI E EDUARDO RODRIGUES, O ESTADO DE S. PAULO

BRASÍLIA - As contas do governo central registraram déficit primário de R\$ 96,096 bilhões em agosto, o pior desempenho para o mês da série histórica, que tem o início de 1997. O resultado, que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, sucede o déficit de R\$ 87,835 bilhões de julho. Em agosto de 2019, o resultado havia sido negativo em R\$ 16,821 bilhões.

O rombo do mês passado foi menor que as estimativas do mercado financeiro, cuja mediana apontava um déficit de R\$ 100,05 bilhões, de acordo com levantamento do Projeções Broadcast feito com 21 instituições financeiras. O resultado ficou dentro do intervalo das estimativas, que eram de déficit de R\$ 123,60 bilhões a R\$ 66,30 bilhões.

Em agosto, as receitas tiveram alta real de 1% em relação a igual mês do ano passado. As despesas subiram 74,3% na mesma comparação, já descontada a inflação, devido ao aumento dos gastos para fazer frente à pandemia do coronavírus. No acumulado de janei-

ro a agosto, o resultado primário é negativo em R\$ 601,283 bilhões, também o pior desempenho para o período da série histórica. Em relação a igual período de 2019, há queda de 15% nas receitas e avanço de 45,1% nas despesas em termos reais.

Em 12 meses até agosto, o governo central apresenta déficit de R\$ 647,8 bilhões - equivalente a 8,96% do PIB. A meta fiscal para este ano admitia déficit de até R\$ 124 bilhões nas contas do governo central, mas a aprovação pelo Congresso do decreto de calamidade pública para o enfrentamento da pandemia autoriza o governo a descumprir essa meta em 2020.

Na segunda-feira, 28, o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, atualizou a projeção da equipe econômica para o rombo do Governo Central em 2020, com uma estimativa de déficit de R\$ 871 bilhões (12% do PIB) ante projeção anterior de R\$ 866,4 bilhões (12,1%). A Proposta de Lei Orçamentária (PLOA) de 2021 prevê um novo déficit de R\$ 233,6 bilhões no próximo ano. Em 2019, o déficit do governo central ficou em R\$ 95,065 bilhões.

Com dívida em alta, Tesouro alerta que é preciso fazer as reformas

IDIANA TOMAZELLI E EDUARDO RODRIGUES, O ESTADO DE S.PAULO

Com a dívida em alta e prazos cada vez mais curtos para se financiar no mercado, o Tesouro Nacional reforçou o alerta de que é preciso acelerar as reformas para manter a confiança dos investidores e os juros baixos. Em mensagem divulgada junto com o rombo de R\$ 96,1 bilhões em agosto, o órgão disse que o cumprimento do teto de gastos, regra que limita o avanço das despesas à inflação, será ainda mais importante no pós-pandemia, mas por si só insuficiente para devolver as contas ao azul.

O recado vem um dia após a chuva de críticas de economistas e investidores contra a proposta acertada entre governo e Congresso para adiar o pagamento de precatórios (valores devidos após sentença definitiva na Justiça) e usar dinheiro do Fundeb, o fundo da educação básica que fica fora do ~~teto, para financiar o novo~~ programa social do governo Jair Bolsonaro. As manobras foram classificadas de pedalada e drible ao teto de gastos.

O Tesouro destacou que a projeção para o ano que vem é que o déficit primário fique em 3% do PIB, ainda refletindo a perda de receitas em decorrência da crise e um aumento da despesa como proporção do PIB mesmo com o cumpri-

mento do teto. "Se antes da crise era importante o cumprimento do teto dos gastos, a relevância do seu cumprimento no pós-crise será ainda maior", disse o Tesouro.

Nos cálculos do órgão, o teto significará uma redução da despesa primária em cerca de 2,5 pontos percentuais do PIB até 2016 – a partir de um déficit de 3% do PIB no ano que vem. "Apenas cumprir o teto dos gastos deixou de ser suficiente para o governo conseguir zerar o déficit primário até 2026. Para que isso aconteça é necessário, adicionalmente, recuperar parte ou toda a arrecadação que o governo federal perdeu nos últimos anos", afirmou o Tesouro.

Segundo o órgão, recuperar receita não se trata necessariamente de aumento de carga tributária. "Além de o Brasil ser um dos países de maior carga dentre seus pares, uma eventual elevação de impostos dificulta a tão importante retomada econômica, notadamente no momento atual", justificou.

A contribuição pelo lado da receita seria, segundo o Tesouro, no sentido de uma ampliação da base de arrecadação com reformas que visem ao aumento de produtividade da economia brasileira, ou ainda pela melhoria da qualidade do gasto tributário. O governo concede ao ano mais de R\$ 300 bilhões em renúncias a diferentes setores.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 29/09/2020	Caderno: Notícias



Terça, 29 de Setembro de 2020 - 22:20

Déficit primário do Governo Central atinge R\$ 96,1 bilhões em agosto

A retração econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus fez o Governo Central – Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social – encerrar agosto com déficit primário de R\$ 96,096 bilhões. Apesar de ser o pior desempenho registrado para o mês desde o início da série histórica, em 1997, o resultado veio melhor que o estimado pelo mercado.

As instituições financeiras pesquisadas pelo Prisma Fiscal, publicação do Ministério da Economia com analistas de mercado, estimavam que o resultado negativo ficaria em R\$ 98 bilhões no mês passado. Pela primeira vez desde abril, as receitas totais do Governo Central cresceram na comparação mensal com 2019. Em agosto, as receitas subiram 1% acima da inflação em relação ao mesmo mês do ano passado, segundo a Agência Brasil.

O déficit primário representa o resultado negativo nas contas do governo desconsiderando os juros da dívida pública. De janeiro a agosto, o resultado negativo do Governo Central totalizou R\$ 601,283 bilhões, valor recorde da série histórica para o período. Nos oito primeiros meses do ano passado, o déficit somava R\$ 52,066 bilhões.

No acumulado de 12 meses, o déficit primário chega a R\$ 647,8 bilhões, o equivalente a 8,96% do Produto Interno Bruto (PIB). Para 2020, o Ministério da Economia projeta resultado negativo de R\$ 871 bilhões para o Governo Central, o equivalente a 12,1% do Produto Interno Bruto (PIB).

Em relação à recuperação da receita, o Tesouro Nacional afirma que a alta verificada em agosto se deve à reversão parcial de algumas medidas que adiavam o recolhimento de contribuições patronais para a Previdência Social, do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). No início da pandemia, o governo permitiu que empresas adiassem o pagamento de diversas obrigações para ajudar o fluxo de caixa dos empregadores.

Ao descontar a parcela da arrecadação transferida aos estados e aos municípios, a receita subiu ainda mais. Segundo o Tesouro Nacional, as receitas líquidas saltaram 5,8% acima da inflação em agosto em relação ao mesmo mês do ano passado. Isso se deve, no entanto, à diminuição dos repasses aos governos locais decorrente da queda da arrecadação de tributos compartilhados – Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados – nos últimos meses.

Mesmo com a recuperação em agosto, as receitas totais do Governo Central acumulam queda de 15% de janeiro a agosto descontada a inflação. O recuo reflete a crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus, que paralisou a produção e o consumo durante algumas semanas.

Além da queda nas receitas, o aumento de despesas com o enfrentamento da pandemia da covid-19 foram os principais responsáveis pelo aumento do déficit primário. Por causa do estado de calamidade pública aprovado pelo Congresso em março, o Governo Central está dispensado de cumprir a meta de déficit primário de R\$ 124,1 bilhões para este ano.

Segundo os números do Tesouro, as medidas associadas à pandemia aumentaram as despesas em R\$ 93,1 bilhões no mês passado. A maior despesa decorre do auxílio emergencial, que totalizou R\$ 45,3 bilhões. Em segundo lugar, vem a ajuda aos estados e aos municípios, que consumiu R\$ 15,2 bilhões.

Mesmo com autorização para gastar mais, o Tesouro fez um apelo para a preservação do teto federal de gastos, ressaltando que o dispositivo representa a única âncora fiscal que restou no Orçamento de 2020. Segundo o órgão, é necessário retomar os esforços de busca do reequilíbrio das contas públicas depois do fim da pandemia, caso contrário haverá danos para a sociedade e para a economia.

“Assim, se antes da crise era importante o cumprimento do teto dos gastos, a relevância do seu cumprimento no pós-crise será ainda maior. O teto significa uma redução da despesa primária por volta de 2,5 pontos do PIB até 2026”, destacou o Tesouro em comunicado.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 29/09/2020	Caderno: Notícias



Terça, 29 de Setembro de 2020 - 21:00

Coribe: Rui Costa entrega nova praça e equipamentos para hospital municipal

A segunda agenda do governador Rui Costa (PT) na região oeste, nesta terça-feira (29), ocorreu no município de Coribe, onde foi entregue uma nova praça no distrito de Ranchinho. O governo do estado investiu cerca de R\$ 600 mil no equipamento que atende dois mil moradores da localidade.

Na sede do município, Rui Costa participou da inauguração do Hospital Municipal Antônio Joaquim Lopes. O governo estadual investiu mais de R\$ 330 mil em equipamentos permanentes: um respirador, uma mesa cirúrgica, um foco de teto em LED, bisturi elétrico, três monitores multiparâmetros, um colposcópio, dois reanimadores.

"Ao longo de cinco anos, nenhum estado brasileiro fez o volume de investimentos que a Bahia está fazendo na área da saúde pública. Estamos reforçando não somente a atenção básica como também a média complexidade. Aqui na região, já entregamos mais 60 leitos no Hospital do Oeste e estamos ampliando uma área para montar toda uma estrutura da área de cardiologia e outra área para o tratamento de câncer, incluindo quimioterapia e radioterapia", disse Rui.

Na oportunidade, o governador ainda autorizou a publicação de edital para licitar a obra de restauração e pavimentação do acesso de Jaborandi, no entroncamento da BR-135. O investimento previsto é de R\$ 1,5 milhão. Rui Costa também participou da entrega da obra de pavimentação e urbanização do bairro Novo Horizonte.

Santana

Na manhã desta terça (29), o governador esteve no município de Santana, também no oeste baiano, onde entregou o novo Mercado Municipal e a requalificação da estrutura física do hospital do município. Também fez parte da primeira agenda do dia a entrega da pavimentação do acesso à BA-172. As ações contaram com um total de investimento de R\$ 5 milhões.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 29/09/2020	Caderno: Notícias



Terça, 29 de Setembro de 2020 - 18:40

Sob pandemia, rombo nas contas públicas chega a R\$ 601 bilhões até agosto

por **Bernardo Caram** | Folhapress

Sob efeito da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus, as contas do governo federal tiveram em agosto mais um mês de recorde negativo, com déficit primário de R\$ 96,1 bilhões. No acumulado dos oito primeiros meses do ano, o rombo atingiu R\$ 601,3 bilhões, também o pior da série histórica.

Os dados do governo central, que compreendem as contas de Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social, foram divulgados nesta terça-feira (29) pelo Ministério da Economia.

O comportamento das contas públicas contraria as estimativas feitas pela equipe econômica no início da pandemia, quando técnicos do governo afirmavam que a maior parte do rombo ficaria concentrada até junho ou julho, quando as primeiras medidas emergenciais se encerrariam.

No entanto, a continuidade da crise sanitária e seus efeitos sobre a economia levaram o governo a prolongar gastos além do previsto inicialmente.

A maior despesa até o momento é do auxílio emergencial para trabalhadores informais. Somente para esse programa, que foi prorrogado com parcelas de R\$ 300 até dezembro, o governo liberou R\$ 322 bilhões. Do total, R\$ 217 bilhões já foram efetivamente depositados nas contas dos beneficiários.

"No resultado fiscal de agosto, observa-se que há continuidade dos efeitos da crise da Covid-19 nas contas públicas, tanto no aumento das despesas que viabilizam as políticas públicas emergenciais, como na redução da receita por conta da queda da atividade econômica", afirma o Tesouro em nota.

O órgão aponta que, diferentemente dos meses anteriores, a receita total de agosto, em comparação com o mesmo mês de 2019, apresentou elevação, uma alta real de 1%. Esse crescimento não estaria atrelado a uma melhora da economia, e sim à retomada dos pagamentos de tributos que haviam sido adiados.

A queda na arrecadação de impostos compartilhados com estados e municípios também levou a uma redução nas transferências da União por repartição de receitas com os entes.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 30/09/20	



GOVERNO DO ESTADO INVESTE R\$ 3,4 BI PARA LEVAR ÁGUA E ESGOTO



admin 30 Setembro, 2020

Garantir o direito humano essencial, fundamental e universal de acesso à água potável tem sido uma das prioridades do Governo do Estado da Bahia. Entre 2015 e junho de 2020, foram investidos R\$ 3,4 bilhões para levar água de qualidade e ampliar o acesso ao esgotamento sanitário a cada vez mais baianos através da construção de novos sistemas de abastecimento e distribuição de água e de redes de esgoto em todas as regiões da Bahia.

Nesse período, um total de 612,3 mil novas ligações de água da Embasa foram feitas atendendo a mais 1,93 milhão de pessoas. O governador Rui Costa afirma que o investimento em abastecimento de água continuará sendo prioridade do Estado. “Água é prioridade para a vida humana, é uma de nossas prioridades de trabalho. Temos implantado redes de abastecimento e de esgoto em toda a Bahia e vamos continuar trabalhando para levar água limpa e condições mais dignas para os baianos, o que além de melhorar a qualidade de vida, melhora a saúde das pessoas”.

A política de governo tem mudado a vida de milhares de baianos, como a família da agricultora Alexandrina Ferreira, que vive na comunidade de Retiro, em Nordestina, no norte baiano. Em 2019, o local recebeu um Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (SSAA) com dessalinizador e, desde então, a população vive dias melhores. “De lá pra cá tudo mudou. A gente vivia aqui numa seca muito prolongada e muitas vezes a água salobra era a única coisa disponível para beber. As crianças ficavam doentes, era um sofrimento horrível. Posso dizer com todo coração que essa obra aqui mudou para sempre nossas vidas”.

Nos últimos cinco anos, o Governo do Estado, através da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (Sihs), Embasa e Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento (Cerb),

construiu a Barragem do Rio Colônia e fez a ampliação das barragens da Tapera, em Itaparica, e de Ponto Novo, no centro norte da Bahia. Além disso, foram recuperadas as barragens de Saracura, de Brumado, de Aracatu, de Pedras Altas, de Riacho dos Poços, de Pituaçu, da Perereca e da Cabeceira do Rio Utinga. Também foram implantados 251 km de adutoras e 2,3 mil sistemas simplificados de abastecimento de água (SSAA) no meio rural.

Esgotamento Sanitário

Além das obras de abastecimento de água, as ações do Governo do Estado também contemplam sistemas de tratamento e de esgotamento. Nos últimos cinco anos foram implantadas 415,5mil novas ligações de esgoto da Embasa, 15 sistemas de esgotamento sanitário, realizadas 72 obras de ampliação e 2.292 módulos sanitários domiciliares (MSD) foram instalados no meio rural, beneficiando mais de 1,5 milhão de pessoas.

Para o titular da Sihs, Leonardo Góes, o saneamento é um importante vetor de desenvolvimento que impulsiona a economia do Estado, além de gerar centenas ou milhares de empregos. Esta característica aliada à proposta de novos investimentos tornam o saneamento um setor estratégico para o governo, que além da indução econômica gerada, atende e fomenta uma política essencial à saúde e qualidade de vida da população. “Os impactos econômicos são sentidos em áreas como turismo, construção civil e, principalmente, a desoneração de curto, médio e longo prazo na saúde pública, uma vez que aumenta a salubridade das habitações e evita a proliferação de doenças, garantindo também a preservação do meio ambiente”, destacou.

Veículo: Estadão	
Data: .30.09.2020	Caderno: Economia



Estadão 30.09.20 - Maia rebate Guedes e pergunta por que ministro interditou debate sobre reforma tributária

Presidente da Câmara lançou uma pergunta nesta tarde no Twitter, rebatendo uma provocação antiga do ministro da Economia, Paulo Guedes

Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

29 de setembro de 2020 | 18h14

BRASÍLIA - Fora de cena nos últimos dias, se recuperando da covid-19, o presidente da **Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ)** lançou uma pergunta nesta tarde no **Twitter**, rebatendo uma provocação antiga do ministro da Economia, **Paulo Guedes**. "Por que Paulo Guedes interditou o debate da reforma tributária?", questionou Maia, na rede social, sem muita explicação.

Ontem, a equipe econômica teve um revés na tentativa de se atrelar um novo imposto, nos moldes da **CPMF**, à **reforma tributária**, o que

pode atrasar a discussão da proposta de simplificação dos impostos. Maia aproveitou a oportunidade para devolver uma crítica feita pelo ministro a ele em julho deste ano, sobre o presidente da Câmara "interditar" o debate.

Em reunião nesta segunda-feira, 28, com o presidente **Jair Bolsonaro**, líderes da base de apoio do governo avisaram que, em ano de eleições municipais, seria impossível "ganhar a narrativa" de criação de um novo tributo, mesmo que o argumento seja financiar a redução dos impostos e encargos que incidem sobre a folha de pagamentos.

O fracasso na negociação de uma proposta que envolvia o apoio do governo para acelerar a reforma tributária em troca do novo tributo lançou dúvidas sobre o futuro da proposta.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Risco de insolvência

Bolsonaro e Guedes geram desconfiança ao apostar em pedalada para custear novo programa social

Avesso a tomar decisões que contrariam grupos de interesse, inebriado com sua popularidade e obcecado pela reeleição, o presidente Jair Bolsonaro conduz o país no rumo da instabilidade econômica, que poderá resultar em inflação crescente e mais recessão.

A proposta de financiar um novo programa social batizado de Renda Cidadã com recursos reservados para o pagamento de precatórios judiciais e verbas da educação expõe a desfaçatez de um governo incapaz de lidar com a situação. Deixar de honrar precatórios, que representam dívidas líquidas e certas, é dar calote em aposentados, servidores públicos e outros na fila de credores do Tesouro. Adiar sua quitação, para aplicar o dinheiro em outros fins, é pedalar a despesa e aumentar a dívida pública.

Anunciada com fanfarra por Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, como resultado de um acordo com os líderes partidários no Congresso, a proposta tresloucada foi recebida com enorme desconfiança em toda parte.

O efeito imediato foi reduzir ainda mais a credibilidade da equipe liderada por Guedes, que se mostra inepto quando tenta persuadir o presidente a fazer escolhas difíceis e agora parece inclinado a contornar as resistências com malabarismo.

No mercado financeiro, as taxas de juros de longo prazo dispararam nas horas que se seguiram ao anúncio,

indicando que os investidores cobrarão mais caro para financiar o governo se ele continuar gastando sem controle e se endividando.

Mantido o teto constitucional dos gastos públicos, não há meio de custear a ampliação do Bolsa Família como o presidente deseja sem abater outras despesas. Bolsonaro não quer mexer no teto e rejeitou sugestão anterior da equipe econômica, que incluía corte de benefícios sociais e congelamento de pensões e aposentadorias.

O presidente poderia abrir espaço no Orçamento para novos gastos se demonstrasse empenho para acelerar reformas em discussão no Congresso, em especial a administrativa. Mas falta a Bolsonaro a convicção necessária para fazê-lo.

O Brasil já ostenta o maior passivo do mundo entre os países emergentes, com uma dívida pública que deve alcançar 95% do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano. A desconfiança dos investidores torna sua gestão mais difícil e custosa.

A desvalorização do real frente ao dólar pode fazer os preços voltarem a subir, obrigando o Banco Central a aumentar os juros para evitar que a inflação estoure a meta oficial.

Assim, o descompromisso do governo com o equilíbrio das contas públicas aproxima o país do risco de insolvência financeira e ameaça a retomada do crescimento econômico nos próximos anos, com efeitos dramáticos para todos.

Direito de lembrar

No debate sobre esquecimento que se inicia no Supremo, liberdade de expressão deve prevalecer

O Supremo Tribunal Federal deve iniciar nesta quarta (30) o julgamento de um recurso que estabelecerá precedente para o controvérsio direito ao esquecimento.

O caso escolhido é o de uma vítima de assassinato nos anos 1950 que teve sua história contada num programa exibido pela Rede Globo em 2004. Os irmãos da morta reclamam o direito de não ver a tragédia reencenada e pedem indenização por uso indevido de imagem. Perderam no Superior Tribunal de Justiça, mas recorreram ao Supremo.

Não é uma escolha muito feliz. O caso mistura direito ao esquecimento com direito de imagem, está circunscrito a uma exibição isolada de um programa que não teve reprise, e ainda traz o complicador de a Justiça ter sido acionada por parentes, não pelo próprio envolvido. É com esse processo, contudo, que o STF terá de trabalhar.

O direito ao esquecimento é polêmico porque expõe a oposição entre a liberdade de expressão e o direito à privacidade. É fácil simpatizar com o adolescente que fez ou disse uma bobagem nas redes sociais e não quer ser assombrado o resto da vida pelo erro da juventude. Também é fácil solidarizar-se com a vítima de um crime que não deseja que o acontecimento trau-

mático reemerja cada vez que seu nome for pesquisado na internet.

É complicado, porém, dar a cada indivíduo o poder de editar seu passado. O político corrupto poderia reclamar o direito de apagar dos registros as condenações judiciais que sofreu, e pelas quais já pagou — uma informação de óbvio interesse público. O chef vaidoso poderia querer tirar do ar todas as críticas negativas que recebeu.

Não é preciso muita imaginação para perceber que um reconhecimento profuso do direito individual ao esquecimento comprometeria vários outros direitos, individuais e coletivos, como os de informar e ser informado, de escolher quem contratar ou com quem associar-se — e até de não sofrer censura.

A discussão lembra a da norma do Código Civil que obrigava biografados a obter autorização dos biografados, que o Supremo teve a sabedoria de declarar inconstitucional em 2015. Espera-se que exiba agora o mesmo bom senso.

Quando àqueles que agiram um dia com imprudência, restaria esperar que o entendimento social evolua para dar o devido peso às coisas, deixando o tempo filtrar o que é relevante e pôr de lado o que não tem maior importância, sem que o passado seja apagado.



Pais podem não vacinar os filhos?

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO O raciocínio clássico de pais que reclamam o direito de não vacinar os filhos é de que o Estado não pode passar por cima de suas crenças mais essenciais, que os definem como indivíduos. Não me move. Convicções religiosas ou filosóficas são pessoais e intransferíveis. O fato de alguém ser religioso antivacinal ou ultrabicho-grilo não assegura que seu filho também será. Até para garantir que a criança chegue à idade em que possa fazer sua escolha, é importante imunizá-la.

Assim, no nível dos princípios, não vejo dificuldade em criar uma argumentação em favor da obrigatoriedade. Mas concluir que a vacinação pode tornar-se mandatória não significa estipular que seja oportuno fazê-lo nem que devamos levar às últimas consequências os esforços para imunizar cada criança.

Se há uma notícia preocupante no front da saúde pública são as sucessivas quedas da cobertura vacinal. Mas todas as análises que li a respeito do fenômeno apontam causas mais mundanas para ele do que

a militância ideológica. Ao que parece, os motivos principais para o abandono são uma combinação de dificuldades logísticas, como o horário de funcionamento e a falta de vacinas nos postos, a preguiça paterna e a perda da sensação de urgência que, no passado, a maior incidência das moléstias provocava.

Como todas as pragas, acho que o movimento antivacinal ficará mais forte aqui, mas, por enquanto, ele não parece ser um fator relevante. Penso, portanto, que o poder público tem muita lição de casa para fazer antes de despachar a polícia para buscar crianças em casa e vaciná-las contra a vontade dos pais.

O interessante com vacinações é que não precisamos inocular 100% dos indivíduos para atingir a imunidade coletiva. Se os militantes antivacina se mantiverem em números diminutos, podem ser acomodados nas "folgas" imunológicas. O Estado deve evitar toda violência que não seja absolutamente imprescindível.

helio@uol.com.br

O mestre da inércia

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Jair Bolsonaro tentou chutar para o lado a bomba-relógio em que se transformou o auxílio emergencial da pandemia. Preocupado com o impacto que o fim do pagamento deve ter sobre sua popularidade na virada do ano, o presidente fez uma jogada que pode reduzir parte das pressões sobre o Planalto. O governo havia conseguido o projeto de apresentar um pacote completo de ideias ruins para bancar o novo programa social que deveria atender a uma parte dos beneficiários do auxílio. Depois que todas foram torpedeadas por parlamentares e investidores, Bolsonaro desempenhou seu papel favorito: posou de vítima e encenou um desabafo.

"O tempo está correndo, está o tique-taque acorrendo, está chegando janeiro de 2021. Precisamos de alternativa para aproximadamente 20 milhões de pessoas que não vão ter o que comer a partir de janeiro do ano que vem", disse, nesta terça (29). O presidente começou a preparar o terreno para se desviar de desgastes políticos caso a proposta de tur-

binar o Bolsa Família não saia do papel. Ele reclamou de "críticas monstruosas" aos planos para financiar o novo Renda Cidadã e se queixou da falta de alternativas para o programa — como se houvesse algum outro governo operando na praça.

Na prática, Bolsonaro armou uma cilada para o Congresso. O governo prometeu planos para custear o programa. Depois, apresentou uma proposta fajuta, na forma de um calote disfarçado e de um extravio de verbas da educação. Agora, ele lança a imagem de um presidente que se preocupa com os mais pobres, mas sofre com a inação dos políticos.

É Bolsonaro, no entanto, quem mostra um mestre na arte de tirar vantagem de sua própria inércia. O presidente abriu mão de discutir as regras o jogo e resolveu mandar recados diretos aos segmentos que ajudaram a impulsionar seus índices de aprovação durante a pandemia. Ele sabe que, entre os brasileiros que fazem a contagem regressiva para o fim do benefício, a origem do dinheiro é o menor dos problemas.

Liberdade para se deixar exterminar

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Em live na última quinta-feira (24), Jair Bolsonaro declarou que o índio "evoluiu" deveria ter "mais liberdade sobre sua terra". Ao seu lado, o destruidor do Meio Ambiente, Ricardo Salles, dava seu aval à ignorância presidencial. Essa fala ecoou uma anterior, de janeiro, em que Bolsonaro disse: "Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós. Vamos fazer com que o índio se integre à sociedade e seja realmente dono da sua terra indígena, isso é o que a gente quer".

A gente quem, cara-pálida? Nenhum antropólogo digno de seu diploma concordaria com uma só de suas palavras. A "evolução" que Bolsonaro atribui ao índio é a de expor-se de vez às mazelas da civilização, como doenças, alcoolismo e mendicância. A "liberdade" que visa conceder-lhe, ao torná-lo "dono da sua terra", é a de deixar-se tapear e exterminar pelos invasores, pecuaristas, madeiros, garimpeiros, grileiros, jagunços e outras categorias de quem ele, Bolsonaro, é tão próximo.

Atribuir à ignorância a política mortal de Bolsonaro para o índio é quase um gesto de boa vontade. Supõe que ela se deva apenas ao seu bestial desconhecimento do assunto — um dia saberemos. Mas espanta que os generais que sustentam seu governo tenham esquecido os ensinamentos de um homem que, até há pouco, era um de seus modelos: o marechal Cândido Rondon.

"Nosso papel social deve ser simplesmente proteger, sem procurar dirigir nem aproveitar essa gente", disse Rondon em 1912, pela voz de outro grande brasileiro, Edgar Roquette-Pinto. "Não devemos ter a preocupação de fazê-los cidadãos do Brasil. Índio é índio, brasileiro é brasileiro. A nação deve ampará-los e mesmo sustentá-los, assim como aceita, sem relutância, o ónus da manutenção dos menores abandonados, dos indigentes e dos enfermos".

Para Bolsonaro, o índio é "cada vez mais" um ser humano "igual a ele". Se isso for verdade, que destino ter-lhe.

Da advocacia para a história

Irapuá Santana

Doutor em direito pela UERJ e procurador do município de Mauá (SP)

Desde 2018, o Brasil pode contar a história digna de filme jurídico norte-americano.

Um jovem advogado dá início a um processo, observando somente a criação de uma tese jurídica, sem, porém, perceber o potencial revolucionário que aquela demanda poderia ter.

Teve que lidar com a derrota no decorrer do processo, por um motivo que estava fora de seu alcance, e deu como perdido aquele objetivo. Mas, como Deus escreve certo por linhas tortas, inspirou num filme jurídico, criou um curso de formação de advogados — e as pessoas ali formadas o ajudaram a atuar em várias frentes nos fóruns espalhados pelo país.

Parque quem acredita que não podemos fugir de nosso destino, surge mais uma prova: a vida começou a dar sinais de que aquele processo perdido em 2018 poderia ser repetido em 2019. Com isso, nosso personagem redirecionou sua energia para fazer vencer sua tese jurídica; qual seja, que a inserção efetiva do negro na vida política brasileira tinha um obstáculo que precisaria ser vencido a todo custo: o racismo estrutural.

Até junho de 2020, quase ninguém se interessava em apoiar essa ação, apesar de todos os esforços envidados. Mas, à medida que o Tribunal Superior Eleitoral realizava as três sessões de julgamento, no espaço de dois meses, dirigentes partidários, de um lado, tentavam impedir que a ação fosse aprovada, e, do outro lado, membros do movimento negro interessados em concorrer às eleições a apoiavam.

E, com um placar de 6 x 1, o TSE reconheceu a existência do racismo estrutural e decretou a vitória da tese jurídica de nosso jovem advogado, que contou com a ajuda e a torcida de todos os membros formados no Curso de Capacitação em Advocacia Racial da Educafó.

No entanto, a vitória foi acompanhada de um amargor quando se determinou a validade da decisão tão somente para o ano de 2022. Assim, a comunidade negra ganhava, mas não levava.

Agora, com a contribuição de várias pessoas, restava recorrer ao STF e fazer valer, ainda para as eleições deste ano, a determinação de que os partidos políticos distribuísem as verbas eleitorais e o tempo de modo proporcional, reajustando uma competição historicamente desequilibrada.

É uma verdadeira batalha jurídica de Davi contra Goliath, na qual o poder constituído não quer igualdade de condições. Obviamente estou muito orgulhoso do trabalho feito até aqui por mim e por minha equipe, e temos confiança na vitória; mas, independentemente disso, já temos a nosso favor a grande potencial de mudar a história.

Antonio Delfim Netto
O colunista está em férias.

Gov. mantém proposta, e Renda Cidadã pode afetar 1 mi de pagamentos

Levantamento estima possível impacto de uso de recurso de precatórios em programa social

BRASÍLIA Mesmo diante das críticas, o governo pretende manter a proposta de limitar o pagamento de precatórios para bancar a Renda Cidadã. A ideia pode atrasar ao menos 1 milhão de pagamentos judiciais devidos pela União, em média, por ano.

Na segunda (28), o presidente Jair Bolsonaro, o ministro Paulo Guedes (Economia) e líderes partidários anunciaram o programa que deve substituir o Bolsa Família.

Houve reação no Congresso, no TCU (Tribunal de Contas da União) e na Bolsa. Uma segunda fonte de recursos é parte do dinheiro do Fundeb (fundo para educação básica). A proposta de uso dos precatórios — dívidas reconhecidas pela Justiça — geraria um acúmulo de passivos. Essas dívidas permaneceriam nas contas do Tesouro. A quitação teria de ser feita no futuro.

Levantamento da Folha com base na média de pagamentos de precatórios nos últimos cinco anos (R\$ 22,9 mil por beneficiário) na base de dados do CJF (Conselho da Justiça Federal) mostra uma estimativa do impacto da medida.

O pagamento anual total, de R\$ 37 bilhões — em 2019, dado mais recente disponível —, cairia para R\$ 16 bilhões em 2021 pela proposta. O volume aponta para mais de 1 milhão de pagamentos a serem adiados.

Esses precatórios são os requisições expedidas por tribunais para que entes públicos (nes-

se caso, a União) façam os pagamentos a que foram condenados. O impacto cairá sobre aposentados da iniciativa privada e servidores.

Os valores precisam ser incluídos no Orçamento anual para serem pagos. Se requeridos até 1º de julho, passam a compor a proposta orçamentária do ano seguinte.

Já os precatórios requeridos no segundo semestre de cada ano somente serão pagos no exercício posterior. Por isso,

“Não vai tirar nada, mantém como anunciado. Os líderes que estavam na reunião ontem [segunda] deram aval”

Ricardo Barros
líder do governo na Câmara

“Precatórios e Fundeb são pontos polêmicos que vão fazer o debate aflorar no Congresso”

Nelson Trad (PSD-MS)
senador

nem todo o saldo a pagar ao final de cada exercício é quitado no exercício seguinte.

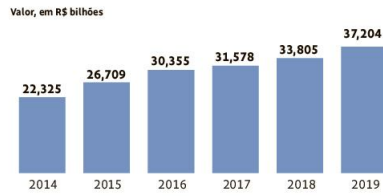
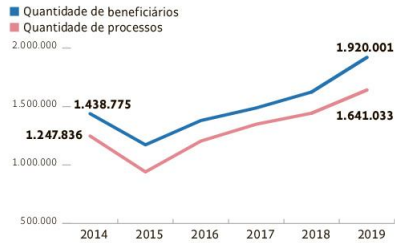
O pagamento dos precatórios federais usualmente é realizado pelos próprios tribunais nos quais houve o julgamento dos processos. Isso ocorre de acordo com um calendário divulgado anualmente pelo CJF. A ideia do governo é limitar o valor gasto por ano com precatórios a 2% da receita corrente líquida. Para 2021, o teto seria, portanto, de apenas R\$ 16 bilhões. A proposta teve o aval de Bolsonaro e Guedes.

Para 2021, estão previstos no Orçamento R\$ 55 bilhões para precatórios. Com a proposta, seriam liberados para o Renda Cidadã até R\$ 39 bilhões desse montante.

Nesse cenário, seria possível honrar pagamentos a cerca de 825 mil pessoas e empresas — bem abaixo do que vem sendo pago nos últimos anos. Em 2019, foram quitadas dívidas de 1,6 milhão de processos. O valor de R\$ 37 bilhões foi desembolsado a 1,9 milhão de beneficiários (um processo pode ter mais de um beneficiário), como aposentados e pensionistas da iniciativa privada, servidores públicos, militares e empresas.

O pedido de revisão de valores de aposentadorias e benefícios assistenciais é um dos mais comuns precatórios. Ao fim de 2019, o estoque do Tesouro Nacional acumulava cerca de R\$ 70 bilhões em pagamentos de precatórios. Um

Pagamento de precatórios e requisição de pequeno valor



Precatórios a pagar ao fim de 2019 (inclui RPV)



Fonte: Conselho da Justiça Federal e Tesouro Nacional



O presidente Jair Bolsonaro em encontro com o ministro Tarcísio de Freitas e empresários. Isac Nóbrega/Divulgação Presidência

‘Se nada faço, sou omissivo; se faço, penso em 2022’, diz Bolsonaro

Gustavo Uribe

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro reagiu nesta terça (29) às críticas ao financiamento do Renda Cidadã, programa anunciado para substituir o Bolsa Família, e disse que os veículos de imprensa não apresentam soluções para a redução da pobreza.

Em texto nas redes sociais ele ressaltou que a responsabilidade fiscal e o teto de gastos públicos são os trilhos do Ministério da Economia e disse estar aberto a sugestões de líderes partidários sobre meios de financiar a iniciativa.

Bolsonaro disse ainda que nunca se preocupou com reeleição e que não anunciou o programa comissivo em mente.

“Minha crescente popularidade importa adversários e grande parte da imprensa, que rotulam qualquer ação minha como eleitoreira. Se nada faço, sou omissivo. Se faço, estou pensando em 2022”, afirmou.

“A imprensa, que tanto apoiou o ‘fique em casa’, agora não apresenta opções de como atender a esses milhões de desassistidos”, escreveu. “A responsabilidade fiscal e o respeito ao teto são os trilhos da Economia. Estamos abertos a sugestões juntamente com os líderes partidários.”

Na segunda-feira (28), tanto integrantes do Poder Legislativo quanto do TCU criticaram a ideia do presidente de financiar o Renda Cidadã com limitação dos gastos de precatórios e recursos do Fundeb.

Na opinião deles, o Executivo tenta driblar o teto de gastos por meio de uma “contabilidade criativa”, mesma estratégia usada para melhorar o resultado fiscal do país no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

A crítica tem sido feita até por membros da equipe de Paulo Guedes (Economia).

Nesta terça, o presidente disse que o governo busca “se antecipar aos graves problemas sociais que podem surgir em 2021” e ressaltou que o auxílio emergencial, que deve ser pago até dezembro, “não pode ser para sempre”.

Diante das críticas, assessores têm avaliado opções para financiar o Renda Cidadã.

Presidente fala com ‘pessoal do mercado’ e pede sugestões

Mais tarde, na porta do Palácio da Alvorada, o presidente disse a simpatizantes que tudo o que o governo federal propõe gera “críticas monstruosas” e ressaltou que, caso nada seja feito, os partidos de esquerda poderão se aproveitar dos problemas sociais para “incendiar o Brasil”. “Nós precisamos ter uma alternativa para isso, senão os problemas sociais serão enormes”, disse. “Eu quero ver alternativa. Se esperar chegar 2021 para ver o que vai acontecer, podemos ter problemas

sociais gravíssimos”, afirmou. Ele pediu ainda ao mercado financeiro que, em vez de críticas, faça sugestões de financiamento do programa.

“Pessoal do mercado, não estou dando recado para vocês, [mas] se o Brasil for mal, todo mundo vai mal. Aquela ditado de que estamos no mesmo barco é o mais claro que existe do momento. O Brasil é um só”, afirmou.

“Se começar a dar problema, todos sofrem e o pessoal do mercado não vai ter também renda. Vocês vivem disso, de aplicação. E nós queremos obviamente estar de bem com todo mundo. Mas eu peço, por favor, ajudem com sugestões, não com críticas.”

O presidente disse ainda

quinto do total era ligado a benefícios previdenciários.

Postergar o pagamento aumenta o passivo do Tesouro. Por causa dessas outras obrigações, o patrimônio da União tem ficado no vermelho todo ano e em 2019 chegou a um recorde negativo de quase R\$ 3 trilhões.

Especialistas alertam para o risco de uma bolha, pois é uma despesa que, após manifestação da Justiça, passa a ser obrigatória — o governo estaria adiando o desembolso.

O estoque cresce por correção monetária e com o acúmulo de novas decisões.

O governo pretende postergar o cumprimento dessas decisões para colocar em prática o plano de reformular o Bolsa Família, inclusive com a troca do nome do programas.

Irritado, Bolsonaro chegou até a dizer que a ideia seria abandonada — a fonte dos recursos já era a polêmica.

O programa voltou às discussões. Antes, era Renda Brasil, agora ressurgiu como Renda Cidadã. Questionado nesta terça (29) sobre a proposta, Bolsonaro respondeu fazendo coração com as mãos.

O economista Gil Castello Branco, secretário-geral da ONG Contas Abertas, afirmou que a ideia deixa a conta dos precatórios para ser paga às futuras gerações. “O presidente disse que não iria tirar dinheiro dos pobres, mas propõe tirar das crianças e adolescentes [com o uso de verba do Fundeb]. A ideia é uma burla ao teto de gastos”, afirmou.

O regra do teto limita o aumento das despesas à inflação do ano anterior.

“O uso de recursos dos precatórios apenas empurra dívidas com a barriga, desrespeitando o Judiciário”, diz.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou que não haverá mudanças no projeto do Renda Cidadã. “Não vai tirar nada, mantém como anunciado. Os líderes que estavam na reunião ontem [segunda] deram aval”, afirmou.

O senador Márcio Bittar (MDB-AC) também tem sinalizado que não vai mudar a proposta. Ele é relator do Orçamento de 2021 e da PEC (proposta de emenda à Constituição) do Pacto Federativo.

O núcleo político do Planalto cobra da Economia uma definição sobre levar adiante o que foi anunciado ou encontrar uma alternativa. A pressão fica sobre Guedes.

O governo sinalizou que vai insistir na ideia, mas nos bastidores pessoas próximas a Bolsonaro dizem que ele ainda vai monitorar as críticas e pode recuar. Fábio Pupo, Thiago Resende, Bernardo Caram, Daniel Carvalho, Lara Lemos e Julia Chaib

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painsa@grupofolha.com.br

Ponto morto

O setor automotivo entrou em estado de alerta por causa de um trecho do pacote de ajuste fiscal do governador de São Paulo, João Dória, que aponta uma possível elevação no ICMS no momento em que a indústria tenta sair do pesadelo provocado pela pandemia. Dirigentes de montadoras calculam que o impacto de um aumento no tributo provocaria uma diminuição nas vendas com reflexos no emprego e nos planos de investimentos após a retomada.

CÁLCULO O projeto de lei proposto por Dória afirma que é necessário fazer uma redução dos benefícios fiscais relacionados ao ICMS em patamar inferior a 18% para que o governo paulista faça uma "gestão responsável" na condução das finanças públicas do estado no contexto da pandemia. No setor automotivo se discorda de que seja benefício.

RECEITA A União Química pretende seguir na estratégia agressiva de expansão no mercado de medicamentos isentos de prescrição médica, depois de fechar com a Hypera a compra do Xantion, remédio que marca a entrada da companhia na área de gastroenterologia, segundo Wagner Nogueira, vice-presidente da farmacêutica.

COMPRIMIDO "Estamos sempre abertos a novos projetos, e dentro de OTC [remédios sem prescrição] não medimos esforços. Não se passaram nem seis meses que tivemos a aquisição do Neocopan e agora estamos adquirindo o Xantion", afirma Nogueira.

NA CARTEIRA Os produtos mais consumidos durante a pandemia ficaram 8,5% mais caros em setembro, quando comparados com o mesmo mês do ano passado, de acordo com levantamento feito pela FecomércioSP.

GELADEIRA Na cesta pesquisada pela entidade, a maior variação nos preços dos itens mais vendidos apareceu na categoria de alimentação e bebida (15,7%), seguida por produtos para casa (6,7%) e saúde e cuidados pessoais (3,3%).

PANELA Nos alimentos, o feijão carioca teve a maior alta em setembro, de 45%. Nos itens para casa, o preço do detergente foi o que mais subiu (9,8%). O papel higiênico também foi destaque (7,45%).

AR A Unimed está desativando os leitos destinados a atender pacientes com coronavírus. Já foram desmobilizadas 423 estruturas pelas cooperativas, de um total de 645. A central de leitos criada na fase mais aguda da crise para ajudar a buscar vagas e transferir pacientes na rede também deve ser desligada em breve.

com Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência agosto*

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209

Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado

Até R\$ 1.045	Alíquota
Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

*O prazo da competência de agosto venceu em 21 set para empresas; para pessoas físicas, venceu em 14 set. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas.

FUTURO Paulo Kakinoff, presidente da Gol, vai pilotar nesta sexta (2) o robô de telepresença que a aérea começou a testar no aeroporto de Guarulhos para atender dúvidas dos clientes, sem manuseio só por voz. O executivo vai comandar remotamente o aparelho, que se movimenta pela área do check-in, para falar sobre a recuperação do turismo.

ASA A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) extinguiu a permissão da Avianca Brasil para operar como companhia aérea nesta terça (29). A partir de agora, a empresa, oficialmente, não tem mais outorga de concessão para explorar serviço de transporte aéreo regular de passageiro.

CHÃO Na prática, a companhia já estava operante desde 2019. Em junho, a Anac revogou o certificado de homologação de empresa aérea da Avianca porque ela deixou de cumprir os requisitos técnico-operacionais e de segurança, e em 14 de julho, a falência da empresa foi decretada.

MAR Amulnacional francesa GL Events, responsável pelos espaços Riocentro e São Paulo Expo no Brasil, vai gerir o centro de convenções de Santos pelos próximos 24 anos.

ONDA O contrato chega em um momento crítico para o mercado de eventos, atingido em cheio na pandemia, mas a empresa interpreta como uma grande aposta devido aos planos de privatização do complexo portuário em Santos.

VIÃO Damien Timperio, presidente da GL Events, diz que os investimentos iniciais focam qualificação tecnológica e captação de eventos. O plano de negócios será divulgado a partir de 14 de outubro. "Como temos equipes no Rio, em SP e Salvador, e somos verticalizados, atuamos no país todo e conseguimos mapear os eventos mais facilmente", diz.

VERDE A BRF vai lançar nesta quarta (30) uma campanha de apoio à questão ambiental, que vem crescendo no setor privado, listando investimentos e esforços para a preservação de recursos naturais e a presença da empresa no índice de sustentabilidade da B3.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Alíquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	De 7,5%	97,04 a 713,09
Empregador	20%	250,50 a 1.220,21

*O prazo para o empregador do trabalhador doméstico venceu em 4 set. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro.

Mercado deu um alerta, precisamos ver mensagem, diz secretário do Tesouro

Bruno Funchal afirma que proposta de usar precatórios no Renda Cidadã foi solução política e que órgão avalia consequências

Bernardo Caram

BRASÍLIA O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, afirmou nesta terça-feira (29) que o mercado e agentes econômicos deram o recado ao reagir negativamente à proposta de usar recursos de precatórios para financiar o Renda Cidadã, novo programa social do governo.

De acordo com ele, é preciso olhar essas mensagens, evoluir e mostrar alternativas. Como a concordância do presidente Jair Bolsonaro e do ministro Paulo Guedes (Economia), foi apresentada na segunda (28) uma proposta para limitar o pagamento de precatórios, o que liberaria recursos para a ampliação do Bolsa Família, reabitação de Renda Cidadã.

Em outra frente, foi proposto deslocar para o programa social recursos do Fundeb (fundo para a educação básica), que não contabilizam no teto de gastos.

As duas ideias foram lidas pelo mercado como uma tentativa de calote do governo, associada a um drile no teto de gastos. Como reação imediata, os índices da bolsa desabaram, enquanto o dólar subiu.

"O mercado já deu um alerta ontem, o mercado e agentes econômicos em geral. Teve uma percepção de aumento de risco. Isso é um sinal", disse o secretário do Tesouro.

"Cabe a nós mostrar o que significa isso. A curva de juros subiu por conta disso. Esse aumento de despesa por conta de um programa de transferência de renda não está sendo feito via redução de outra despesa, mas sim uma postergação de pagamento. Isso traz um percepção de risco, isso se reflete nos indicadores, a bolsa caiu."

Ao argumentar que não viu o texto final do projeto, o secretário disse que a medida dos precatórios foi "uma solução política". De acordo com ele, o Tesouro avalia as consequências da proposta.

"Tem mensagens, a gente precisa olhar essas mensagens e evoluir, conversar com a sociedade e mostrar as alternativas", afirmou Funchal.

As dificuldades em torno da elaboração do novo programa social envolvem restrições orçamentárias e vetos do presidente Jair Bolsonaro.

Inicialmente, a equipe econômica defendia que a ampliação do Bolsa Família fosse bancada pela extinção de outros programas existentes hoje, como o abono salarial, uma espécie de 14º salário pago a trabalhadores com renda de até dois salários mínimos.

O presidente, porém, vetou a ideia, argumentando que o governo não pode "tirar de pobres para dar a paupérrimos".

Depois, há duas semanas, Bolsonaro se irritou com uma proposta da equipe econômica que previa o congelamento de aposentadorias para bancar o novo programa social, que seria batizado de Renda Brasil. Ele chegou a proibir a continuidade dos debates sobre o programa.

"Até 2022, no meu governo, está proibido falar a palavra Renda Brasil. Vamos continuar com o Bolsa Família. E ponto final", afirmou na ocasião.

No dia seguinte, porém, o relator do Orçamento de 2021, senador Márcio Bittar (MDB-AC), disse que foi autorizado pelo presidente a criar o novo programa.

Nesta terça, Bolsonaro reagiu às críticas ao financiamento do Renda Cidadã, programa anunciado para substituir o Bolsa Família, e disse que



Bruno Funchal
secretário do Tesouro

“O mercado já deu um alerta ontem, o mercado e agentes econômicos em geral. Teve uma percepção de aumento de risco. Isso é um sinal [...] A gente precisa olhar essas mensagens e evoluir, conversar com a sociedade e mostrar as alternativas”

Bruno Funchal
secretário do Tesouro

os veículos de imprensa não apresentem soluções para a redução da pobreza.

Em mensagem, publicada nas redes sociais, ele ressaltou que a responsabilidade fiscal e o teto de gastos públicos são os trilhos do Ministério da Economia e disse estar aberto a sugestões de líderes partidários sobre meios de financiar a iniciativa.

O presidente disse ainda que nunca se preocupou com reeleição e que não anunciou o programa social na tentativa de aumentar as chances de ser reeleito em 2022.

"Minha crescente popularidade importa a adversários e grande parte da imprensa, que rotulam qualquer ação minha como eleitoreira. Se nada faço, sou omissão. Se faço, estou pensando em 2022", disse.

A busca por opções de financiamento de um benefício social expandido é dificultada pelo teto de gastos, que limita o crescimento das despesas públicas à variação da inflação. Não há margem para que o governo simplesmente amplie o programa sem cortar outros gastos.

De acordo com Funchal, o debate faz parte da elaboração da proposta. Segundo ele, não há tentativa de drile no teto ou de contabilidade criativa.

"Nosso papel é estudar e mostrar as consequências para o bem do próprio presidente e para o bem da sociedade. É importante a sociedade estar junta e entender quais são as alternativas para que a gente consiga uma melhor alternativa", disse.

O secretário ressaltou que a proposta do senador ainda traz pontos considerados importantes para o governo, como o acionamento de gatilhos de ajuste fiscal em situações de dificuldade financeira.

Aceita a mudança do teto de gasto que dói menos

OPINIÃO

Nelson Barbosa

Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research.

Volto ao teto Temer, pois a proposta anunciada por Bolsonaro nesta semana — de não pagar dívida para não emitir dívida — só reforça a inviabilidade do atual limite de gasto.

Assim como o "orçamento com déficit" de 2015, a mudança do teto Temer é inevitável. Logo, sugiro a todos os colegas da Faria Lima: aceita que dói menos!

Em vez de combater a realidade via previsões apocalípticas de juro e câmbio, seria mais saudável discutir qual deve ser a nova regra fiscal, mantendo controle de despesa, mas não necessariamente o congelamento real de gasto em curso.

Na semana passada, 31 senadores assinaram uma proposta nesse sentido, para abrir a discussão. Falo da PEC 36/2020, do Senado, que cria espaço fiscal temporário em 2021-22 e propõe nova regra fiscal para 2023 em diante.

Especificamente, para dar saída ao governo Bolsonaro, a ideia é permitir alguns gastos "extrate" nos próximos dois anos, desde que aprovados pelo Congresso, em projetos de lei específicos, e executados de modo transparente.

Quais gastos? Cinco coisas: 1. saúde, pois o combate à

pandemia pode se estender para 2021;

2. educação, para garantir o mínimo necessário ao funcionamento da rede federal;

3. investimento, para pelo menos manter a infraestrutura existente;

4. crédito para micro e pequenas empresas, pois os efeitos da Covid-19 podem não ir embora rapidamente;

5. transferências de renda, para viabilizar a transição do auxílio emergencial ao novo programa de combate à pobreza ou reforço do Bolsa Família.

Todos os gastos acima teriam limite próprio, com máximo aproximadamente igual ao valor de 2017 no caso da saúde e educação, de modo a evitar o "liberou geral". No mesmo sentido, o espaço fiscal temporário não poderia ser utilizado para aumentar folha de pagamento em 2021-22, de modo a manter o controle de gasto com pessoal já em curso.

E o futuro? A PEC 36/2020 também propõe que, a partir de 2023, no primeiro ano de cada mandato, os presidentes ou presidentes terão que apresentar um plano fiscal, com prazo de quatro anos, incluindo meta ou limite global de gastos, bem como metas específicas para investimentos, folha de pagamento, sustentabilidade ambiental (que passaria a ter destaque no orçamento) e gastos per capita com educação e saúde (mandando a lógica de vinculação

[...]

Há saídas para o impasse; a tarefa não é simples, e podemos sair de novo, desde que abandonemos ilusões e terrorismos fiscais

de receita para meta de serviços por pessoa).

Além da meta ou limite de gasto, o plano fiscal quadrilátero deverá conter cenário de resultado primário e dívida pública, bem como programação de avaliação de gastos — ou "spending review", em familiarismos — incluindo benefícios tributários e despesas com pessoal e custeio por poder.

Alógica da nova regra fiscal é manter o foco no controle do gasto, que passaria a ser a única meta fixada pelo governo, mas sem impor um valor real fixo por 20 anos, como fez a sandice de Temer. A meta de gasto poderá ser constante, crescente ou cadente, de acordo com a decisão de Vossa Excelência, o eleitor, de quatro em quatro anos.

A nova regra não teria meta de dívida, mas o valor do gasto seria decidido com base em um cenário de receita, juros e crescimento do PIB, de modo a ser consistente com a estabilidade do endividamento público, no patamar definido por quem for eleito, para o Executivo e o Legislativo, a cada quatro anos.

Existem saídas para o atual impasse fiscal. A tarefa não é simples, mas também não é impossível. Já resolvemos problemas igualmente difíceis no passado, como crise cambial e alta inflação. Podemos fazer de novo, desde que abandonemos ilusões e terrorismos fiscais.



Rodrigo Maia e Paulo Guedes em entrevista no mês passado Adriano Machado - 11.ago.20/Reuters

Maia culpa Guedes por travar reforma tributária

Congresso prepara derrubada de veto; novo imposto fica para o pós-eleição

BRASÍLIA A proposta do ministro Paulo Guedes (Economia) de criar um imposto sobre pagamentos nos moldes da antiga CPMF atraiu novamente críticas do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e deve fazer o governo amargar a derrubada de um veto no Congresso.

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) barrou a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores, entre eles construção civil e comunicação.

A segunda fase da proposta de reforma tributária do governo deveria apresentar uma solução para o impasse, com desoneração para todos os setores acompanhada da nova CPMF. Sem solução, o Congresso deve votar nesta quarta-feira (30) o veto do presidente e derrubá-lo.

Nesta terça-feira (29), Maia criticou Guedes por supostamente ter interditado o debate sobre a reforma tributária.

O presidente da Câmara fez a declaração em uma rede social um dia após o governo desistir de enviar a segunda fase da proposta. O imposto sobre pagamentos não é consenso entre líderes partidários.

“Por que Paulo Guedes interditou o debate da reforma tributária?”, escreveu Maia no Twitter.

Na avaliação de congressistas ligados a Maia, ele respondeu a uma crítica feita antes por Guedes. Em agosto, após ser alvo de críticas por causa da ideia da nova CPMF, o ministro disse que Maia não poderia impedir a discussão do novo imposto.

“Nem o ministro pode querer impor um imposto que a sociedade não queira, nem o relator, o presidente da Câmara, o presidente do Senado, o presidente da República pode impedir um debate sobre qualquer imposto”, afirmou Guedes na ocasião.

Segundo líderes a par das discussões, o próprio Bolsonaro mandou interromper de novo a perspectiva de envio do projeto depois de líderes mostrarem resistência à nova CPMF.

Agora, avaliam deputados, o governo, se decidir encaminhar, só enviará a proposta

após as eleições municipais. O imposto teria alíquota de 0,2% a ser aplicado sobre todos os pagamentos e renderia cerca de R\$ 120 bilhões por ano.

Na segunda-feira (28), o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), afirmou que o Planalto só deve apresentar o texto caso haja 340 votos favoráveis.

Nesse contexto, o veto à desoneração da folha até o fim de 2021 será colocado em votação. Desde julho, senadores deram início a uma articulação para manter o benefício fiscal.

Durante três meses, o governo prometeu apresentar uma contrapartida para a medida. Porém, às vésperas de o projeto ser colocado na pauta, ainda não havia acordo.

O líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), chegou a fazer duas tentativas de reuniões com os líderes para tratar do tema nesta terça. Sem nenhuma novidade por parte do governo, ele próprio cancelou os encontros.

A dificuldade do Palácio do Planalto é, segundo aliados, reflexo da falta de flexibilização da equipe econômica em negociar com o Congresso. Nem mesmo apoiadores do governo estão compreendendo a falta de articulação e respostas aos congressistas.

“Vamos para o veto na desoneração e há uma tendência forte de perda. O Ricardo [Barros, líder do governo na Câmara] ontem [segunda] foi muito contundente de que manteria o veto, eu sinceramente não sei que tipo de acordo eles [governo] estão pensando. Se estão pensando”, disse o líder do governo no Senado, IZALCI LUCAS (PSDB-DF).

O presidente do Congresso e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), aliado do governo, defendeu que a sessão para apreciação do veto seja mantida para esta quarta, mesmo que o governo não tenha feito uma proposta.

“De fato, há um sentimento da maioria do Parlamento, tanto da Câmara como do Senado, de derrubar o veto, mas isso a gente vai aferir na hora da votação, mas há esse sentimento da maioria dos parla-

“

Por que Paulo Guedes interditou o debate da reforma tributária?

Rodrigo Maia presidente da Câmara dos Deputados, no Twitter

“

Vamos para o veto na desoneração e há uma tendência forte de perda. O Ricardo [Barros, líder do governo na Câmara] ontem [segunda] foi muito contundente de que manteria o veto, eu sinceramente não sei que tipo de acordo eles [governo] estão pensando. Se estão pensando

IZALCI LUCAS vice-líder do governo no Senado

mentares”, disse Alcolumbre.

Nos últimos dias, os congressistas reclamam que Guedes tem dado como única opção para compensar as perdas com a desoneração a criação do novo imposto, principalmente por causa da situação do que chama de 40 milhões de invisíveis identificados durante a pandemia.

Esses invisíveis foram encontrados com o pagamento do auxílio emergencial durante a crise da Covid-19. Durante cinco meses, o governo pagou parcelas de R\$ 600 a trabalhadores informais e

até dezembro vai pagar parcelas de R\$ 300.

Líderes partidários esperavam uma outra proposta do governo também para evitar a derrubada do veto à isenção tributária concedida a igrejas. O benefício chega a quase R\$ 1 bilhão.

No entanto, eles só receberiam como retorno a possibilidade da criação do novo imposto. A última defesa do governo ocorreu na reunião de segunda-feira (28), no Palácio da Alvorada.

“Os pontos da reforma tributária realmente são pontos de divergência. Uma reforma completa como essa implica observar dois pontos: não se pode ter aumento de tributo nem criação de novos tributos. Para que possa haver essa construção haverá setores que poderão perder contra outros que vão ganhar”, disse o senador Nelson Trad (PSD-MS), que acompanhou a reunião.

Enquanto isso, o destino da reforma tributária continua indefinido.

Congressistas que integram a comissão mista que analisa a proposta dizem já acreditar que o projeto dificilmente seja votado neste ano. “Foi um banho de água fria na reforma tributária o que foi feito [atrás na segunda fase] pelo Palácio do Planalto”, disse o senador Major Olimpio (PSL-SP).

Instalada no fim de julho, a comissão mista tinha por objetivo votar o relatório até a segunda semana de outubro.

Contudo, as dificuldades de articulação de Guedes e o faticamento dos temas encaminhados pelo governo, que não tem respondido à cobrança dos congressistas, levou o projeto a entrar em estado de indefinição.

O colegiado reúne propostas que tramitam na Câmara e no Senado. O texto da Câmara propõe a fusão de cinco impostos — PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. Já a do Senado quer a fusão de nove tributos — IPI, IOF, PIS, Papep, Cofins, salário-educação, Cide-combustíveis, ICMS e ISS.

A primeira etapa do governo propôs a fusão de PIS e Cofins. Danielle Brant, Lara Lemos, Julia Chaib e Fábio Pupo

Ameaça ao teto e risco de pedalada fazem Bolsa cair mais 1% nesta terça

Júlia Moura

SÃO PAULO A Bolsa brasileira teve nesta terça-feira (29) o segundo pregão seguido de queda, reforçando a reação adversa do mercado financeiro à proposta do governo de Jair Bolsonaro (sem partido) para o Renda Cidadã. O Ibovespa fechou em queda de 1,14%, a 93.580 pontos, menor valor desde 16 de junho.

O programa social que vai substituir o Bolsa Família tem entre suas fontes de financiamento alternativas consideradas inadequadas pelos analistas: os precatórios — dívidas de ações judiciais a serem pagas depois das sentenças definitivas — e Fundeb (fundo para a educação). Ainda assim, aliados do governo defendem a proposta.

“Dá a impressão de que essa maluquice de furar o teto [de gastos] não é tão maluca para a turma de Brasília. Usar precatórios é basicamente dar um calote na ordem judicial de pagarem calote”, diz Bruno Artuda, gestor da Gauss Capital, que considera a proposta como uma pedalada fiscal.

Nesta terça, o senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do Pacto Federativo, disse que o Renda Cidadã será incluído no seu relatório como o governo o apresentou na segunda (28).

Já o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), tem dito nos bastidores que a proposta foi acordada com os demais líderes do Congresso, com a participação de membros da bancada da educação (a que mais se oporia ao uso da verba do Fundeb).

O mercado esperava a apresentação de uma alternativa para o Renda Cidadã, que, segundo o plano do governo, irá

usar recursos que não estão sob o teto de gastos em um programa que está abaixo deste limite, o Bolsa Família. A proposta é vista por analistas como um dribble no teto, mirando uma possível reeleição de Bolsonaro em 2022.

“São sinais muito ruins de Brasília. É preciso que encontrem outra maneira de bancar o Renda Cidadã ou que o governo sinalize corte de despesas. [A queda da Bolsa de hoje] é um desdobramento do cenário ruim”, diz Rafael Cota Maciel, gestor de renda variável da AF Invest. Segundo o banco suíço Julius Baer, mesmo que os detalhes e a aprovação do programa ainda sejam incertos, o anúncio da proposta foi um golpe na credibilidade fiscal do país.

Em suas redes sociais, Bolsonaro rebateu críticas à proposta e afirmou que a responsabilidade fiscal e o teto são os “trilhos da economia. Estamos abertos a sugestões juntamente com os líderes partidários.”

O presidente pediu ainda ao mercado financeiro que, em vez de críticas ao programa, faça sugestões de financiamento e ressaltou que o setor econômico também não terá renda para investir caso os impactos sociais da pandemia do coronavírus não sejam reduzidos.

Bolsonaro disse ainda que pode avaliar a venda de uma estatal para financiar o programa, mas ponderou que não se vende uma empresa pública “de uma hora para outra” e que não se deve “queimar estatais” sem finalidade.

Ele disse que quer uma “solução racional”, mas observou que, caso não encontre outra alternativa para financiar a iniciativa, poderá adotar uma “decisão mal tomada”.

Com Reuters

Rombo fiscal dispara com pandemia

Resultado primário do governo central (acumulado de janeiro a agosto, em R\$ bilhões, a preços correntes)



Sob pandemia, rombo nas contas públicas chega a R\$ 601 bilhões

BRASÍLIA Sob efeito da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus, as contas do governo federal tiveram em agosto mais um mês de recorde negativo, com déficit primário de R\$ 96,1 bilhões. No acumulado dos oito primeiros meses, o rombo atingiu R\$ 601,3 bilhões, também o pior da série histórica.

Os dados do governo central, que compreendem as contas de Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social, foram divulgados nesta terça-feira (29) pelo Ministério da Economia.

O resultado contraria as expectativas da equipe econômica no início da pandemia, quando técnicos do governo diziam que a maior parte do rombo ficaria concentrada até junho ou julho, quando as primeiras medidas emergenciais se encerrariam.

A continuidade da crise sanitária e seus efeitos sobre a economia, porém, levaram o governo a prolongar gastos além do previsto.

A maior despesa até o momento é do auxílio emergencial. Só para o programa, prorrogado com parcelas de R\$ 300 até dezembro,

o governo liberou R\$ 322 bilhões — R\$ 217 bilhões já foram efetivamente depositados por seus beneficiários.

“Há continuidade dos efeitos da crise da Covid-19, tanto no aumento das despesas que viabilizam as políticas públicas emergenciais, como na redução da receita por conta da queda da atividade”, disse o Tesouro.

No acumulado de janeiro a agosto, a receita total registrou queda de 15%, enquanto as despesas tiveram alta de 45% acima da inflação. A crise também levou a uma ampliação no rombo da Previdência. Até agosto, o resultado ficou negativo em R\$ 226,7 bilhões. No mesmo período de 2019, o rombo foi de R\$ 135,9 bilhões.

O órgão aponta que a receita total de agosto, em comparação com o mesmo mês de 2019, apresentou alta real de 1%. Esse crescimento não estaria atrelado a melhora da economia, e sim à retomada dos pagamentos de tributos adiados.

Nos cálculos do ministério, o país deve encerrar o ano com um rombo de R\$ 871 bilhões. Bernardo Caram

mercado

O calote do calote do confisco

O governo quer criar outro teto para não pagar parte das dívidas com cidadãos

Helio Beltrão

Engenheiro com especialização em finanças e MBA na Universidade Columbia, é presidente do Instituto Mises Brasil

"O precatório é quando a Justiça manda pagar um calote. Calotear um calote é uma reincidência", sintetizou com primor Gustavo Franco em suas redes sociais. Caso a disputa se refira a uma desapropriação sem devido pagamento, será ainda pior: calote do calote do confisco.

Precatório deriva do latim *precare*, que significa "relativo a reza, súplica". Faz sentido: só apelando aos céus para receber o que o Estado deve ao cidadão.

Os governos brasileiros do passado, de todos os entes da federação, foram maquinistas de um longo trem de confisco e usurações, de quebras de lei e de contratos, muitas vezes sem consequências legais para os governantes. Após o Plano Re-

al, tem havido um esforço de reconhecimento dos esqueletos do passado e de um arcabouço de mais responsabilidade fiscal eleitoral. Até esta semana, ao menos.

Boa parte dos cidadãos e empresas abusados pelos governos nem chega a processar o setor público. Afinal, aquele que escolhe o caminho da Justiça enfrenta uma enorme assimetria: (i) o tribunal é parte do Estado e por desenho não é equidistante entre as partes, nem no papel; (ii) a administração pública tem o dobro de dias que o cidadão para cumprir prazos de recursos da sentença; (iii) são muitos anos, quiçá décadas de disputas até uma sentença final.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça, são várias dezenas

de milhões de processos aguardando a sentença definitiva.

Depois desta via crúcis, caso o cidadão ganhe a ação, no calvário encontrará seu precatório. Agora, o governo federal, que tenta driblar o teto de gastos por todos os lados, quer criar um outro teto para não pagar parte das dívidas com os cidadãos. Triste Brasil.

Mudar para melhor

A campanha eleitoral começou e ganhou as redes. Em 2018, a chapa vencedora teve componente liberal e foram eleitos dezenas de deputados federais e estaduais que defendem maior liberdade individual e econômica, além do governador do terceiro maior estado da federação. Desde então, aumentou a

participação das ideias liberais na grande imprensa e nas redes sociais. Políticos, celebridades e jornalistas com histórico de simpatia às ideias da esquerda se autoproclamam liberais e se comportam como franceses falando tupi-guarani, como dizia Roberto Campos. Em 2020, é preciso seguir ocupando espaços, tanto nas câmaras municipais como nas prefeituras, com atenção redobrada contra falsos liberais.

Em São Paulo, a campanha tem uma maioria esmagadora de candidatos do campo da esquerda, por exemplo: o populista Russomano, o social-democrata Covas e o socialista Boulos.

Com meus respeitos aos demais competidores do campo liberal-conservador, apoiarei a

candidatura do jovem Arthur Moledo do Val.

É um político promissor e valente, em início de carreira, que tem sido um consistente defensor das ideias liberais. No meio liberal, frequentou eventos, debateu e militou de forma sempre independente. Como deputado estadual, combate enfaticamente os privilégios.

Arthur é excelente comunicador —formou-se em suas próprias mídias sociais. Assertivo, sincero e questionador, construiu público cativo com base nessas virtudes. Foi um dos primeiros empreendedores de sucesso entre youtubers, focando em tópicos pertinentes ao dia a dia de gente simples como ele.

A capital paulista (com mais de 12 milhões de habitantes e orçamento público de quase R\$70 bilhões) tem um oceano de desafios nas áreas de educação, saúde, segurança, mobilidade, entre outras. O jovem candidato carece de experiência em gestão e sabe que terá que compor uma equipe de notáveis para dar conta do recado. Será seu maior desafio.

Folha não impede colonistas de endossar candidato

SÃO PAULO A mais recente edição do Manual da Redação da Folha, publicada em 2018, não impede o endosso de candidaturas partidárias em colunas ou blogs de opinião.

Em sua coluna em Mercado nesta quarta-feira (30), Hélio Beltrão declara apoio a Arthur do Val (Partido), candidato à Prefeitura de São Paulo.

A versão anterior, de 2001, orientava aqueles que quisessem manifestar seu voto a declará-lo na seção Tendências/Debates, e não no espaço de coluna ou blog. Na nova edição, a orientação foi retirada.

A mudança visa alargar ainda mais o espaço de expressão em colunas e blogs, ainda que mantendo o desincentivo ao uso desses espaços para endosso a candidaturas.

O Manual vigente é claro ao desestimular essa iniciativa: "Colunas e blogs não são espaço apropriado para veicular interesses pessoais, informes comerciais, propaganda partidária ou campanha eleitoral".

O Manual ainda determina que o colonista deixe de escrever "quando sua candidatura for oficializada, caso concorra a cargo eletivo".

É o caso de Nabil Bonduki (PT), que vai concorrer a vereador em São Paulo como parte do Coletivo + Direito a Cidade. A coluna dele foi interrompida em 28 de setembro.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecília Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srouf | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Câmara aprova MP para liberar R\$ 20 bi em empréstimos a empresas

BRASÍLIA A Câmara aprovou, em votação simbólica nesta terça-feira (29), a medida provisória que libera R\$ 20 bilhões ao fundo do BNDES para a concessão de crédito a micro e pequenas empresas.

O aporte será direcionado ao FGI (Fundo Garantidor de Investimentos), adminis-

trado pelo BNDES e que faz parte do Programa Emergencial de Acesso a Crédito criado pelo Ministério da Economia em junho. O programa foi instituído por meio da MP que permitiu a liberação de crédito por meio das maquininhas de até R\$ 50 mil com juro de até 6% ao ano.

A medida agora precisa ser analisada pelos senadores antes do dia 1º de outubro, quando perderá a validade. São beneficiadas empresas com receita bruta entre R\$ 360 mil e R\$ 300 milhões em 2019.

Os R\$ 20 bilhões são destinados ao fundo de garantia de operações financeiras contra-

tadas no âmbito do programa.

Estarão elegíveis à garantia as operações de crédito contratadas até 31 de dezembro de 2020. O valor máximo do crédito será de R\$ 50 mil. O crédito via maquininha poderá ser concedido até o fim deste ano, com prazo de 36 meses para pagamento, incluindo seis

meses de carência.

Os deputados ainda aprovaram outra MP, que abre crédito de R\$ 4,4 bilhões para o Ministério da Saúde. Os recursos são voltados majoritariamente para o Fundo Nacional de Saúde, que abastece estados, municípios e o Distrito Federal. **Isabella Macedo e Danielle Brant**

CHEGOU UOL MED.
CONSULTAS PARTICULARES,
PREÇOS POPULARES.

Com uma assinatura que cabe no seu bolso, você garante vários benefícios para você e mais três pessoas, podendo ser da família ou amigos, sem pagar mais nada por isso. Além de acesso a descontos em milhares de parceiros pelo Clube UOL.

Assine agora.

CONSULTAS
A PARTIR DE
R\$ 40
PRESENCIAIS
E POR VIDEO.



ATÉ 41%
DE DESCONTO
EM MEDICAMENTOS.



EXAMES
A PARTIR DE
R\$ 4

ASSINATURA
A PARTIR DE
R\$ 12,90
POR MÊS.

UOLmed
Saúde acessível para toda a família

Preocupação com risco fiscal impera e derruba o Ibovespa

Bolsa cai mais de 1% e dólar fica em R\$ 5,63 em dia de ruídos políticos e instabilidade

Por **Lucas Hirata, Marcelo Osakabe e Marcelle Gutierrez** — De São Paulo

30/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

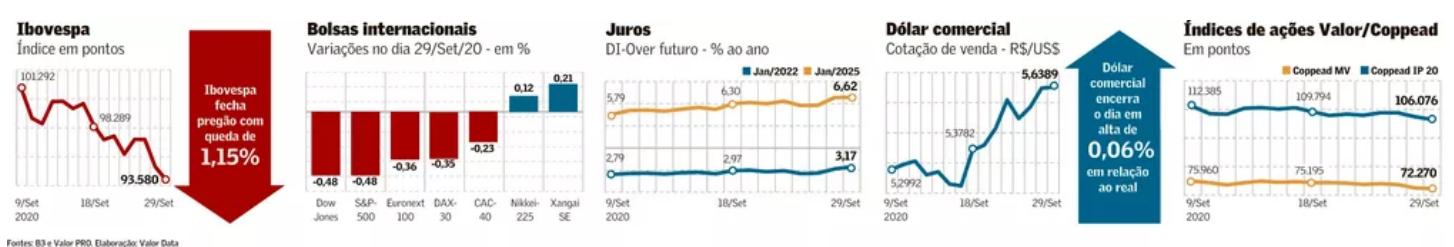


Fernanda Consorte, do Ourinvest: com Renda Cidadã, sinal é que a agenda liberal perdeu pontos para a populista — Foto: Silvia Costanti/Valor

O mercado financeiro enfrentou mais um dia de tensão com as incertezas sobre os rumos das contas públicas no país. As preocupações fiscais que cercam a proposta

do governo para o custeio do Renda Cidadã se desdobraram em instabilidade do dólar e queda de mais de 1% do Ibovespa, no segundo dia consecutivo de piora na percepção de risco. Embora nenhuma novidade tenha sido anunciada, o desconforto com o plano do Planalto permeou o pregão e evitou qualquer movimento mais consistente de alívio no mercado.

Depois de registrar breves momentos de alta durante o dia, o Ibovespa sucumbiu à cautela e perdeu 1,15%, aos 93.580 pontos, em um movimento que contou também com baixas em Wall Street. O volume financeiro somou R\$ 17,9 bilhões, abaixo da média diário no mês e no ano. Com esse recuo, o índice acumula queda de 3,52% em duas sessões, o que leva a uma perda de 5,83% no mês até aqui. Setembro caminha, assim, para registrar a maior baixa mensal da bolsa desde março, quando o Ibovespa recuou 29,9%.



No câmbio, o mal-estar com a questão fiscal trouxe mais uma rodada de busca por proteção no dólar e impediu que o real seguisse o comportamento das demais divisas no exterior, que se fortaleceram ante a moeda americana. Por aqui, o dólar encerrou em alta de 0,06%, a R\$ 5,6389, depois de tocar R\$ 5,6781 na máxima.



“O mercado segue estressado com o Renda Cidadã financiado por precatórios. Por mais que o dólar tenha rondado a estabilidade, é preciso lembrar que isto acontece em um patamar bastante alto”, diz a estrategista-chefe do banco Ourinvest, Fernanda Consorte. “A impressão que passa é que, na queda de braço entre a agenda liberal e a populista, a primeira perdeu pontos, o que significa que [o ministro da Economia, Paulo] Guedes também perdeu. O fato de a nova CPMF ter perdido tração é mais um sinal de que ele está com menos prestígio.”

Diante de uma série de ruídos em Brasília, não há clareza sobre a disposição do presidente e de aliados de abandonar ou seguir em frente com a proposta apresentada na segunda-feira, que prevê a utilização de recursos do Fundeb e de precatórios para financiar o programa de assistência no ano que vem.

Em comentário por escrito, a diretora-gerente de ratings soberanos da Fitch para as Américas, Shelly Shetty, afirmou que a atual proposta do governo para financiar o Renda Cidadã em 2021 não prevê a redução em outras despesas obrigatórias que estão sob o teto de gastos. Com isso, evidencia a pressão por novos dispêndios no Brasil, bem como o desafio de se promover uma consolidação fiscal em um contexto de alta rigidez orçamentária.

“Acreditamos que a proposta atual ressalta nossas preocupações referentes aos riscos negativos para as finanças públicas. O plano de introduzir um novo programa social deve pressionar ainda mais os gastos obrigatórios, o que vai contra a intenção do governo de coibir o crescimento desse tipo de dispêndio e limitar as medidas de suporte fiscal este ano”, disse Shelly. Ainda segundo ela, a agência de rating continuará monitorando a trajetória da dívida, a credibilidade do plano de consolidação e a dinâmica da composição doméstica da dívida e do crescimento da economia, para reavaliar o rating do Brasil, atualmente em ‘BB-’, com perspectiva negativa.

Para o sócio e gestor da Grou Capital, Tiago Sampaio Cunha, ainda há expectativa no mercado de que a equipe econômica encontre alternativas para o financiamento do programa Renda Cidadã - seja com corte de gastos ou com uma reforma tributária mais profunda. Isso evita uma deterioração ainda maior no preço dos ativos neste momento, mas o risco de perda de credibilidade fiscal mantém o ambiente de negócios bastante tenso. “O governo tem definido que é preciso fazer o programa Renda Cidadã, mas como vai fazer o financiamento ainda parece estar em aberto”, afirma.

Durante a tarde, um alívio pontual veio com as declarações do secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, de que o governo não tem intenção nem está tentando driblar o teto de gastos, e que os próximos dias serão importantes para avançar no debate. “A solução política foi apresentada e cabe a nós mostrar a repercussão que isso tem”, disse o secretário, que viu a reação negativa do mercado como um alerta do aumento da percepção de risco.

Analistas do Morgan Stanley observam que o mercado local está bastante cauteloso em relação aos rumos das contas públicas. “Nosso cenário base continua a ser o de um arcabouço fiscal intacto. Ainda assim, a barra para uma reforma robusta no curto prazo continua a ser muito alta. Embora o prêmio de risco sobre os ativos locais continue sendo muito atrativo, preferimos nos manter de lado, esperando para assumir posições”, dizem os profissionais em relatório a clientes.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Vem aí o Amazon Prime Day
AMAZON.COM.BR

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais
RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Multifuncional Tanque de Tinta HP Smart Tank 517 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner
R\$ 1.199 - CASAS BAHIA

LINK PATROCINADO

Renda Cidadã nasce entre ilegalidades e críticas

Bolsonaro e Guedes podem assim terminar o ano sem Renda Cidadã, sem reforma tributária e sem CPMF

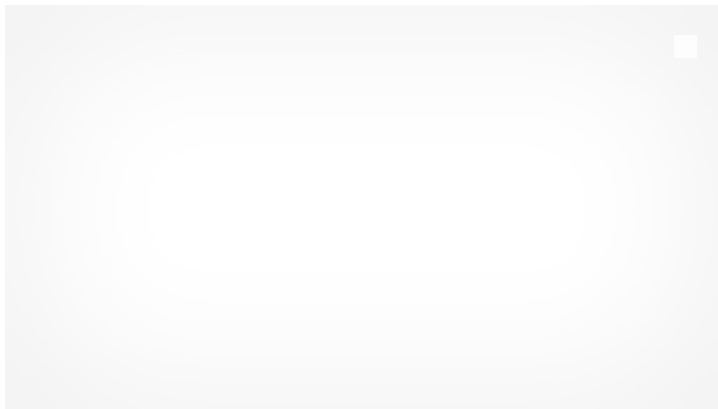
30/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

As primeiras tentativas de criar um programa social para substituir o Bolsa Família, o Renda Brasil, não deram certo porque o presidente Jair Bolsonaro vetou tanto razoáveis como péssimas alternativas propostas pelo Ministério da Economia. Bolsonaro proibiu então que se falasse em Renda Brasil. O programa mudou de nome, virou Renda Cidadã, mas suas chances não melhoraram. Após reunião, o presidente, o ministro Paulo Guedes e os líderes políticos que apoiam o governo chegaram a um acordo para financiar o programa rebatizado. Foi um desastre. Desabaram sobre o teto do Planalto os piores epítetos desferidos contra a então presidente Dilma Rousseff - contabilidade criativa, pedalada fiscal - e outros inéditos, como calote. As críticas procedem.

Diante do surto criativo governista, os mercados mergulharam fundo na baixa. O Renda Cidadã tocou em um dos piores temores dos investidores: o fim do teto de gastos. Para atender às exigências de um presidente que não sabe o que quer, e que evita tomar decisões difíceis, de olho na reeleição, políticos e equipe econômica saíram em busca de recursos para ampliar o Bolsa Família que respeitasse a âncora fiscal. Sem cortar gastos correspondentes às novas despesas com o programa não há jeito de respeitar o teto. Os governistas descobriram então a falsa saída de transformar dívidas em receitas. O governo empregaria apenas 2% da receita corrente líquida (R\$ 16 bilhões pela previsão do orçamento de 2021) para o pagamento de precatórios, para o qual estão reservados R\$ 54,7 bilhões. A diferença de R\$ 38,7 bilhões reforçaria o Renda Cidadã.

As dívidas com precatórios são despesas não mais passíveis de recursos judiciais e de pagamento certo. Idêntica tentativa feita em 2009 pelo Congresso para reduzir o pagamento dessas dívidas por Estados e municípios foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. O sinal dado por essa gambiarra ilegal foi péssimo, por uma leitura óbvia: o governo resolveu não pagar todas as dívidas sacramentadas pela Justiça e, com o déficit fiscal em alta, nada garante que não possa fazer isso com outros débitos no futuro, ressuscitando fantasmas da insegurança jurídica e do calote.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O governo planejou um “calote em progresso” e “pedalou” para usar a dívida para custear despesas permanentes, coisa de amadores incompetentes. O ex-secretário do Tesouro, Carlos Kawall, resumiu bem a manobra. “Se você arbitrariamente diz que pode pagar, mas não vai, que vai jogar para frente, prejudicando o credor, e ainda fazendo isso para gastar mais, mas não em troca de uma despesa que cortou, sem promover ajuste nenhum, você simplesmente está usando um subterfúgio para cumprir o teto”. A ironia da história é que com o intuito de proteger o teto de gastos, foi o próprio governo que tentou falsos atalhos para contorná-lo, o que é pior.

Além da burla com o dinheiro dos precatórios, outros recursos para compor o Renda Cidadã viriam do Fundeb, que não está sujeito ao teto de gastos. Na discussão da renovação do Fundeb, na qual o governo entrou de última hora tentando deslocar verbas dedicadas à educação infantil para o Bolsa Família, ele foi derrotado e teve de se comprometer com mais verbas do que previa.

Nesta mixórdia, coube ao líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR) convocar uma reunião com investidores para tentar entender por que os mercados estavam em queda - foi bem estranho e inútil. Resta ver como um defensor da ideia, o relator do orçamento de 2021 e da PEC do Pacto Federativo, Márcio Bittar (MDB-AC) procederá. Ele disse que não cederá. Mas pedaladas fiscais ficaram associadas ao impeachment de Dilma e é possível que em breve Bolsonaro também não queira mais ouvir falar do Renda Cidadã.

Os infortúnios governistas não pararam aí. foram maiores. A CPMF rediviva de Guedes, agora com apoio de Bolsonaro, não foi aceita por líderes dos partidos aliados, que não julgaram uma boa ideia discutir um novo imposto em plena campanha eleitoral municipal e concluíram que ainda não há apoio suficiente no Congresso para sua aprovação. Com isso, o projeto de reforma tributária que tramita no Senado irá atrasar, e o da Câmara possivelmente também. Sem nunca mostrar por inteiro o que pretende com a reforma e lançar agora a CPMF, o governo conseguiu retardar até mesmo propostas em andamento que estavam quase maduras para votação. Bolsonaro e Guedes podem assim terminar o ano sem Renda Cidadã, sem reforma tributária e sem CPMF.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais
RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Multifuncional Tanque de Tinta HP Smart Tank 517 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner
R\$ 1.199 - CASAS BAHIA

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Homens de Salvador aproveitam super desconto em relógio da Curren

Medida não vai piorar estatísticas fiscais

Limitar gastos com pagamentos de precatórios não vai elevar a dívida pública

Por Ribamar Oliveira — De Brasília

30/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A proposta do governo de limitar o pagamento de precatórios a 2% da receita corrente líquida da União, que consta do substitutivo do relator da PEC Emergencial, senador Márcio Bittar (MDB-AC), não vai piorar as estatísticas fiscais do setor público brasileiro e nem resultará em elevação da dívida pública. A razão para isso é a atual metodologia de cálculo das estatísticas fiscais brasileiras.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de precatórios pendente de pagamento pelos Estados, pelos municípios e pela União era de R\$ 183,6 bilhões, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Este débito, que equivale a quase 3% do Produto Interno Bruto (PIB), não é, no entanto, contabilizado pelo Banco Central na dívida do setor público brasileiro.

Questionado pelo **Valor**, o BC explicou que a metodologia utilizada no Brasil para apurar a necessidade de financiamento do setor público (NFSP) e a dívida líquida (DLSP) não inclui o estoque não pago de precatórios. Em linha com o critério de caixa adotado, os precatórios são tratados nas estatísticas fiscais pelo seu impacto nas despesas. Ou seja, os precatórios só impactam a dívida líquida e a necessidade de financiamento quando são pagos.



O governo está propondo limitar o pagamento anual de precatórios a 2% da receita corrente líquida da União. Com a redução dessa despesa, será aberto um espaço no teto de gastos a ser ocupado pelo novo programa social, chamado de Renda Cidadã.

Com isso, o estoque não pago dos precatórios aumentará ao longo dos anos. Mas, o crescimento do estoque não resultará em piora das estatísticas fiscais brasileira. Nem mesmo a dívida do setor público apresentará qualquer elevação.

O BC explicou que os precatórios não pagos são considerados como “outras contas a pagar”, da mesma forma que os restos a pagar e os passivos do FCVS (Fundo de Compensação das Variações Salariais). Os créditos inscritos na dívida ativa, por sua vez, são considerados “outras contas a receber”. Segundo o BC, instrumentos classificados como “outras contas a pagar/receber” são característicos da compilação de endividamento público e necessidades de financiamento pelo critério de competência. A autoridade monetária informou que compila estatísticas mais abrangentes do endividamento público, que inclui “outras contas a pagar/receber”, denominada Patrimônio Financeiro Líquido do Governo Central (PFLGG).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais
RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Regra teria criado dívida de R\$ 133 bi desde 2015

Cálculo do PSB se refere à trava de 2% da receita corrente líquida para o pagamento de precatórios

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

30/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O governo federal acumularia R\$ 116 bilhões em dívidas caso a proposta divulgada anteontem de limitar o pagamento de precatórios para bancar a reformulação do Bolsa Família já estivesse em vigor nos últimos cinco anos, segundo levantamento da assessoria técnica do PSB na Câmara dos Deputados. Corrigido pela inflação, o montante alcançaria R\$ 133 bilhões não pagos.

Precatórios são dívidas judiciais contraídas por órgãos públicos por ações como falta de reajustes de salários, desapropriações, cobrança irregular de tributos, não pagamento de aposentadorias. Estados e municípios acumularam um grande volume delas e conseguiram, nos últimos anos, travar os pagamentos em até 2% da receita corrente líquida (RCL).

Agora, o governo Jair Bolsonaro propõe fazer o mesmo e também estabelecer um limite para pagar suas próprias dívidas. O objetivo é levantar recursos para financiar um programa de transferência de renda à população carente maior que o Bolsa Família. Além disso, seriam direcionados recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Segundo o levantamento do PSB, o governo pagou R\$ 41 bilhões em precatórios no ano passado. Se a trava já existisse, só R\$ 18 bilhões seriam quitados e R\$ 23 bilhões ficariam a espera de pagamento em anos posteriores. Em 2020, seriam pagos R\$

15,8 bilhões, e R\$ 28,2 bilhões entrariam na fila de credores. O limite de 2% da RCL faria com que, em todos os anos desde 2015, mais da metade das dívidas fosse empurrada para anos seguintes.

Para o líder do PSB na Câmara, Alessandro Molon (RJ), esse “calote” proposto por Bolsonaro criará uma “bola de neve fiscal” a ser paga pelas futuras gerações e prejudicará ainda mais a imagem do Brasil. “Como confiar em um devedor que assume publicamente que a partir de agora só vai pagar uma parte de suas dívidas? É uma situação que deixa qualquer credor de cabelo em pé. Um péssimo sinal”, criticou.

Já o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou que os precatórios aumentaram de R\$ 30 bilhões em 2016, quando o teto de gastos foi criado, para R\$ 55 bilhões no ano que vem. “Não podemos, com o teto de gastos, ter conta que cresce sempre mais de 20% ao ano”, disse. Essa regra proíbe que as despesas do governo federal cresçam acima da inflação, que está abaixo de 5% há quatro anos.

Barros afirmou que os congressistas e o governo analisaram todas as possibilidades disponíveis no Orçamento e que não há outras opções para garantir a criação do Renda Cidadã. Segundo ele, o governo pagará o que for possível financeiramente, a exemplo do que já fazem governadores e prefeitos, e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) trabalha num projeto para oferecer imóveis da União para quitar os demais precatórios.

Partidos aliados ao governo também deram aval à trava, que será incorporada pelo senador Marcio Bittar (MDB-AC) na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo e será votada primeiro pelo Senado. “Isso já acontece nos Estados, [que pagam] 2% da RCL”, disse o líder do PTB na Câmara, deputado Pedro Lucas Fernandes (MA).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Vem aí o Amazon Prime Day

AMAZON.COM.BR

TRF retira ICMS destacado na nota do cálculo do PIS/Cofins

Somente uma decisão do STF sobre esse cálculo vai definir qual o impacto financeiro da discussão para as companhias

Por **Laura Ignacio** — De São Paulo

30/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





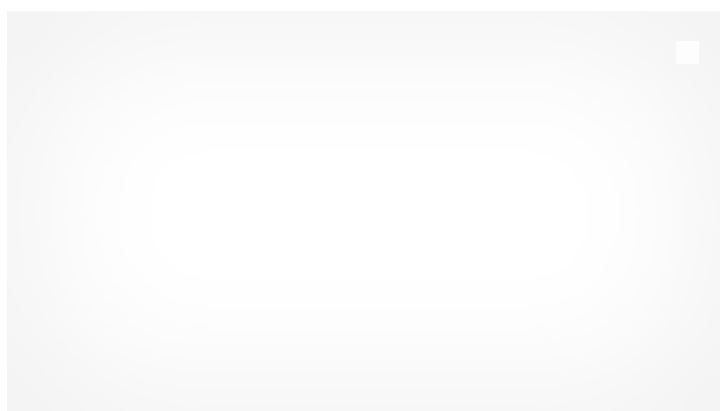
Rodrigo Martone: decisões têm como base o conceito de faturamento — Foto: Divulgação

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região (SP e MS) tem proferido, recentemente, decisões que determinam a exclusão do ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e da Cofins. Enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) não encerra a discussão bilionária sobre o tema, os desembargadores definem quanto excluir dessa conta.

Somente uma decisão do STF sobre esse cálculo vai definir qual o impacto financeiro da discussão para as companhias. Até lá, cada contribuinte obtém na Justiça um direito diferente sobre a questão.

Em 2017, o STF decidiu pela exclusão do ICMS do cálculo dessas contribuições. Mas a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) entrou com embargos de declaração para tentar modular os efeitos da decisão no tempo. Além disso, esperam o estabelecimento de que deve ser excluído o ICMS efetivamente pago, que é um valor menor.

PUBLICIDADE



Uma das recentes decisões é da 3ª Turma do TRF, por unanimidade (processo nº 0015037-22.2016.4. 03.6100). “A questão relativa à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins foi devidamente analisada, encontrando o entendimento adotado respaldo na jurisprudência do STF no RE nº 574.706, segundo o qual todo o ICMS faturado deve ser excluído do conceito de receita”, diz o acórdão. A outra decisão do TRF é da 6ª Turma, também unânime (processo nº 000 2216-49.2017.4.03.6100).

Segundo Rodrigo Martone, sócio de tributário do Pinheiro Neto Advogados, mais de meia dúzia de decisões foram proferidas pelo TRF da 3ª Região nesse sentido este mês. “O importante é que elas se baseiam no conceito de faturamento, que é a base de cálculo do PIS e da Cofins, segundo o que foi declarado no próprio julgamento de mérito do STF”, afirma.

O advogado lembra que esses contribuintes apenas poderão aproveitar créditos, após a conclusão definitiva da discussão judicial. Mas por causa da indefinição do STF, a discussão de mérito está paralisada também no TRF.

Para Paulo Mendes, coordenador-geral da atuação da PGFN no STF, é um grande equívoco os tribunais julgarem esses processos justamente porque o tema está pendente de análise pelo Supremo. “Por isso pedimos o sobrestamento de todos os processos a respeito, mas ainda não obtivemos resposta”, diz.

O procurador afirma que as decisões no país são as mais diversas. “Tem tribunal que decide sem se manifestar qual ICMS deve ser excluído, outras conheceram o ICMS destacado”, diz. Mendes aponta que o próprio TRF da 3ª Região já proferiu decisão em sentido oposto no passado. De acordo com decisão da 1ª Turma (processo nº 084955 2420194058302), os créditos devidos são relativos ao montante recolhido.

Mendes entende que essas decisões variadas acabam gerando uma insegurança jurídica muito grande. “Se o STF conhecer nosso pedido para ser excluído o ICMS

pagos, estaremos formando Brasil afora coisas julgadas bastante frágeis porque serão passíveis de ações rescisórias”, afirma.

A advogada Daniella Zagari, sócia de tributário do Machado Meyer Advogados, também conhece decisões recentes do TRF em São Paulo a favor da exclusão do ICMS destacado na nota. “Acho que por lá já é uma tendência”, diz. Segundo ela, quando se calcula o PIS/Cofins, o que se inclui é o ICMS destacado na nota. Portanto, agora deve ser excluído o mesmo montante.

Daniella lembra que todos esperam o julgamento dos embargos pelo STF, sem saber se os ministros analisarão essa questão específica do cálculo. Se não analisarem, contudo, o Fisco não poderá excluir automaticamente o ICMS pago, segundo a advogada. “Haveria a necessidade de ação rescisória, o que em geral pode ser proposto até dois anos após o trânsito em julgado”, afirma.

A advogada diz que o atual Código de Processo Civil (CPC) determina que o termo inicial desse prazo de dois anos é a data da decisão do STF, o que nesse caso beneficiaria a Fazenda Nacional. Mas Daniella defende que há fundamento para um possível questionamento da constitucionalidade do dispositivo do CPC. “Isso porque a ação rescisória alcança coisa julgada, o que deriva de cláusula pétrea da Constituição Federal”, afirma.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Encontre aqui o presente de Dia das Crianças
RIACHUELO

LINK PATROCINADO

Multifuncional Tanque de Tinta HP Smart Tank 517 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner
R\$ 1.199 - CASAS BAHIA

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais
RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Máquina De Lavar Brastemp 9Kg Com Ciclo Tira Manchas - Bwj09ab 220V

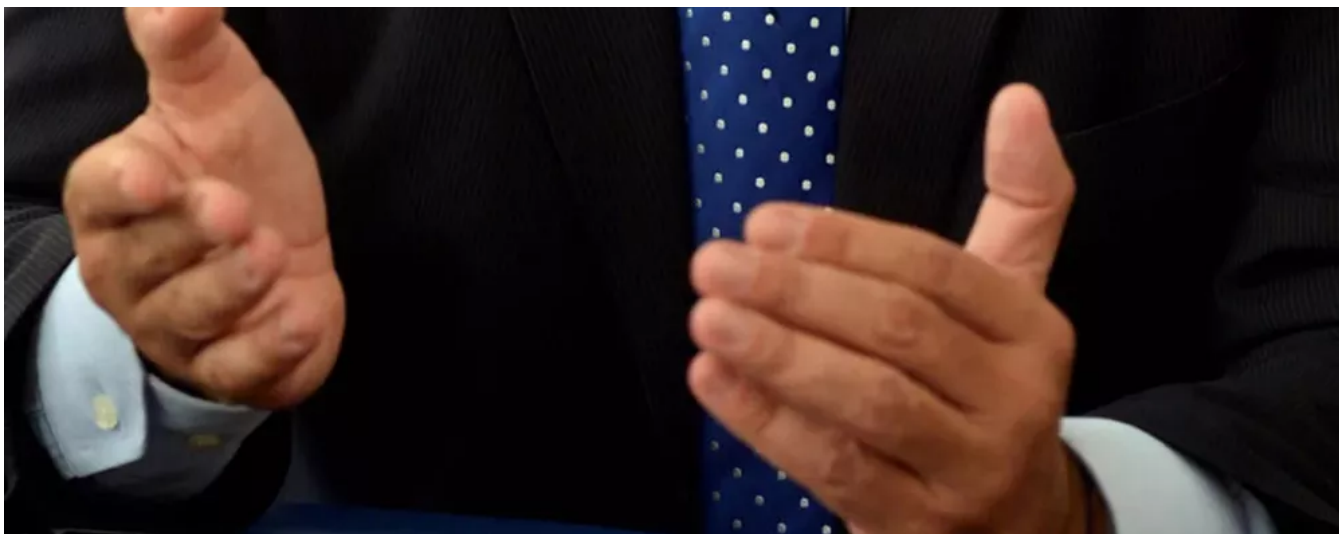
STJ altera decisão sobre Sistema S

1ª Turma excluiu Sesi e Senai do processo, o que, para advogados, não invalida precedente

Por **Joice Bacelo** — De Brasília

30/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





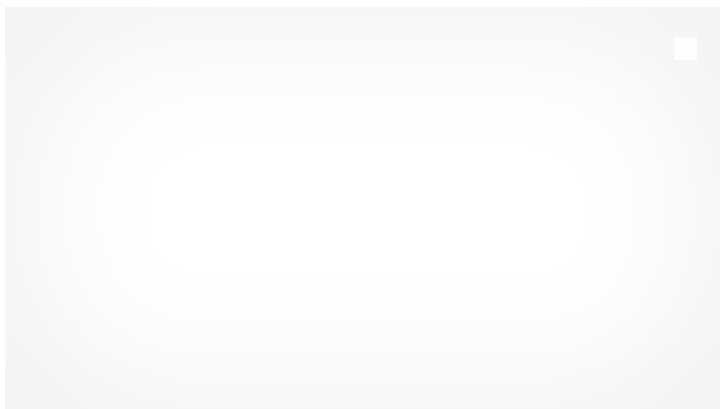
Cassio Borges: não há decisão colegiada que limite a contribuição ao Sistema S — Foto: Jose Paulo Lacerda/CNI

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) revisou uma decisão que vem sendo muito usada em primeira e segunda instâncias como precedente para limitar a 20 salários mínimos a base de cálculo das contribuições ao Sistema S. Os ministros, por meio de embargos de declaração, excluíram o Sesi e o Senai do processo.

A 1ª Turma do STJ havia decidido em fevereiro sobre esse tema e, desde então, passaram a ser frequentes, no Judiciário, novos pedidos das empresas para limitar a base de cálculo das chamadas “contribuições de terceiros” ou “parafiscais” - que incluem, além do Sistema S, Incra e salário-educação.

Essa discussão é importante para o mercado porque pode reduzir, e muito, a carga tributária. O peso dessas contribuições é de, em média, 5,8% e a Receita Federal entende que a alíquota deve incidir sobre toda a folha de salários.

PUBLICIDADE



Prevalecendo o pedido do contribuinte, no entanto, esse percentual teria de ser calculado sobre um teto máximo de R\$ 20,9 mil - levando em conta o salário mínimo atual, de R\$ 1.045,00.

O julgamento dos embargos de declaração, na 1ª Turma, ocorreu neste mês. Os ministros decidiram excluir Sesi e Senai por uma questão processual: a empresa que ajuizou a ação não havia incluído as entidades do Sistema S no pedido inicial.

“Sendo assim, ocorrendo o julgamento para além do pedido, para que haja a readequação ao princípio da congruência, o comando deve ser reduzido ao âmbito do pedido formulado pelas partes”, disse o ministro Napoleão Nunes Maia Filho, relator do caso no STJ.

A limitação da base de cálculo foi mantida, no entanto, para as contribuições destinadas ao salário-educação e ao Incra - que correspondem, respectivamente, a 2,5% e 0,2% (REsp 1570980).

Cassio Borges, superintendente jurídico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), considera a decisão proferida nos embargos como fundamental para esclarecer que esse caso não poderia estar sendo usado como precedente contra as contribuições ao Sistema S.

“É equivocado. Houve uma confusão porque a decisão anterior falava em contribuição devida a terceiros”, afirma. “Não existe nenhuma decisão colegiada, de turma do STJ, que diga que a contribuição ao Sistema S está limitada a 20 salários mínimos”, ele acrescenta.

Quem advoga para as empresas tem entendimento diferente. Esses profissionais dizem que nada mudou com os embargos de declaração. “O STJ não alterou o entendimento. Está dizendo somente que não se aplica ao Sesi e ao Senai porque no pedido não houve esse requerimento. Não é que os ministros tenham julgado no sentido de que a limitação não se aplica ao Sistema S”, diz o advogado Gustavo Taparelli, do escritório Abe Giovanini.

Marcos Martins, sócio do Pallotta, Martins e Advogados, concorda. “Está muito claro no acórdão que só excluíram Sesi e Senai porque o autor da ação não pediu e, obviamente, não se pode dar o que não foi pedido. Mas no próprio acórdão os ministros reiteram que o julgamento é para limitar a 20 salários mínimos as contribuições parafiscais e a contribuição ao Sistema S tem natureza parafiscal”, enfatiza.

Os dois advogados obtiveram decisões favoráveis aos seus clientes, em primeira e segunda instâncias, com base no precedente do STJ. Há entendimentos nesse sentido em pelo menos dois tribunais, os de São Paulo e Minas Gerais.

Essa discussão se dá em torno de duas leis da década de 80 - uma de 1981 e a outra de 1986. A mais antiga, de nº 6.950, prevê no artigo 4º, que a base de cálculo das contribuições previdenciárias deve respeitar o limite de 20 salários mínimos e o parágrafo único complementa que este mesmo teto tem de ser observado para as contribuições destinadas a terceiros.

O Decreto nº 2.318, de 1986, no entanto, revogou o limite imposto para o cálculo “da contribuição da empresa para a Previdência Social”. Por entender que as contribuições parafiscais estariam atreladas ao financiamento da Previdência, a União começou a alegar que o parágrafo único também havia sido abolido, exigindo que tanto a contribuição patronal como a destinada a terceiros incidissem sobre toda a folha.

Já os contribuintes defendem que o decreto tratou expressamente da contribuição previdenciária e, por esse motivo, o limite de 20 salários mínimos não poderia ser liberado para as contribuições parafiscais.

Os ministros do STJ, ao julgarem o tema, concordaram com a argumentação do contribuinte. “O Decreto 2.318/1986, em seu artigo 3º, alterou o limite da base contributiva apenas para a Previdência Social, restando mantido em relação às contribuições parafiscais”, consta no acórdão redigido pelo relator.

O superintendente jurídico da CNI, Cassio Borges, tem o mesmo entendimento da União - de que o parágrafo único foi automaticamente revogado pela nova norma. “O parágrafo é um complemento. Só sobrevive se tiver conexão com o caput.”

Ainda assim, afirma, quem não concordar com essa tese, em relação ao Sistema S, acabará esbarrando na Constituição. A base de cálculo, acrescenta, está estabelecida no artigo 240, “sem qualquer limitação ou restrição”. “Coloca uma pá-de-cal sobre qualquer dúvida que possa existir sobre a revogação do limite de 20 salários mínimos”, ele diz.

Existem, atualmente, três correntes sobre esse tema em primeira e segunda instâncias. Uma delas é a de juízes e desembargadores mais conservadores, que, mesmo depois da decisão do STJ, têm negado os pedidos das empresas.

Tem também a ala dos que encontraram uma solução intermediária: aplicam a limitação sobre o salário de cada funcionário - e não sobre toda a folha. Ou seja, quem ganha mais de R\$ 20,9 mil, só pode ser tributado até esse teto.

E há, por fim, os juízes e desembargadores menos conservadores, que vêm aplicando o entendimento do STJ. Alguns, no entanto, têm excluído o salário-educação das decisões. A alegação é a de que não poderia ser considerado contribuição parafiscal, com base no artigo 212 da Constituição.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Garanta o presente de Dia das Crianças aqui
RIACHUELO

LINK PATROCINADO

Embarque pela porta da frente na Van 19+1!
MERCEDES-BENZ NOVA SPRINTER

LINK PATROCINADO

Multifuncional Tanque de Tinta HP Smart Tank 517 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner
R\$ 1.199 - CASAS BAHIA

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais
RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

Texto prevê cenário de emergência para ajuda

Substitutivo que será apresentado pelo relator da PEC Emergencial estabelece que o governo poderá criar benefícios para famílias que tenham sido “impedidas de obter sua subsistência em razão da situação excepcional”

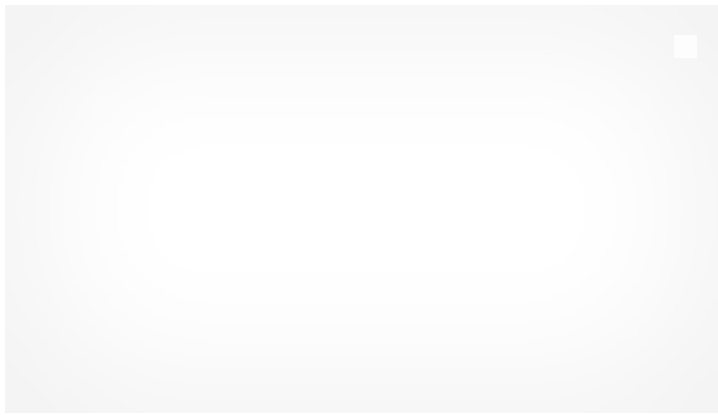
Por Ribamar Oliveira e Claudia Safatle — Brasília

30/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O substitutivo que será apresentado pelo relator da PEC Emergencial, senador Márcio Bittar (MDB-AC), ao qual o **Valor** teve acesso, estabelece que nas hipóteses de calamidade pública ou de emergência, o governo poderá criar benefícios para famílias que tenham sido “impedidas de obter sua subsistência em razão da situação excepcional”. Fontes ouvidas pelo **Valor** explicaram que essa é a mudança constitucional que vai permitir criar um auxílio para trabalhadores informais.

O texto do senador, negociado com o governo, especifica que o benefício será pago “em caráter temporário e extraordinário”. Além disso, a família que receber o auxílio não pode ser beneficiária de políticas permanentes de transferência de renda, como, atualmente, é o caso do Bolsa Família. O governo poderá também, de acordo com o substitutivo, conceder uma “parcela complementar” às famílias que já são beneficiárias de transferência de renda.

A situação de “emergência” não está prevista no atual texto da Constituição, que só contempla a situação de calamidade pública. O texto apresentado por Bittar não explicita quais as condições de uma situação de emergência nem como ela se diferencia da calamidade pública.



Arde by Teard

Uma novidade apresentada pelo substitutivo de Bittar é que o presidente da República precisa reconhecer as hipóteses de calamidade pública ou de emergência para que o governo possa criar o benefício para as famílias que tenham sido impedidas de obter sua subsistência. Ou seja, ele não precisa de autorização do Congresso Nacional para conceder o benefício.

Durante a pandemia, quando o governo instituiu o auxílio emergencial, o governo constatou que milhões de trabalhadores que necessitavam de ajuda financeira para sobreviver não estavam nos cadastros dos programas oficiais utilizados para as transferências de renda. Eles foram chamados de “invisíveis”, pois, até então, não tinham obtido qualquer ajuda do governo. Em sua grande maioria, são trabalhadores informais, sem qualquer tipo de vínculo empregatício.

O substitutivo de Bittar prevê uma lei que disporá sobre políticas destinadas, entre outros objetivos, a reduzir a pobreza e a extrema pobreza das famílias por meio de transferência de renda. Ao contrário do que se noticiou até agora, o texto a ser apresentado pelo relator não utiliza o termo “Renda Cidadã”, que seria o nome do programa social do governo Bolsonaro a ser criado.

O substitutivo diz que o gestor dessas políticas deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários e de benefícios financeiros específicos às respectivas dotações orçamentárias. Essa limitação indica que os programas de transferência de renda às famílias, mesmo aquele em caráter temporário e extraordinário, terão que obedecer ao teto de gastos, pois o Orçamento é elaborado e aprovado pelo Congresso Nacional respeitando os limites para as despesas.

O relator especifica apenas uma fonte de financiamento dos programas de transferência de renda: até cinco pontos percentuais da complementação da União ao Fundeb que exceder a 10% do total dos recursos repassados aos Estados e municípios.

Bittar não estabeleceu qualquer vinculação entre o limite de 2% da receita corrente líquida da União para o pagamento de precatórios judiciais, proposto no substitutivo, e o financiamento dos programas de transferência de renda. Mesmo porque não existe receita da União vinculada ao pagamento de precatórios.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais

RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Multifuncional Tanque de Tinta HP Smart Tank 517 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner

R\$ 1.199 - CASAS BAHIA

LINK PATROCINADO

Novo aliado vem ajudando pessoas em Salvador a manter os joelhos mais firmes e protegidos.

JOELHEIRA ULTRA COMPRESS 4K

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso

BANCO INTER

por taboola

Conteúdo Publicitário

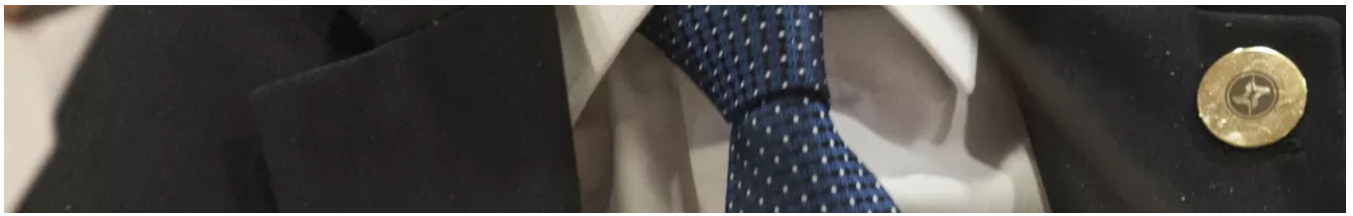
OAB pode questionar no STF limitação de gasto com precatório

Supremo já julgou o tema e as decisões podem servir como precedente para ação nesse sentido

Por **Adriana Aguiar, Beatriz Olivon, Fabio Graner e Joice Bacelo** — De São Paulo e Brasília

30/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





Ex-ministro Gilson Dipp: “Por muito menos a ex-presidente Dilma Rousseff foi alvo de impeachment” — Foto: Sergio Amaral/CJF

A proposta do governo federal de limitar os gastos com precatórios em 2% da receita corrente líquida e usar o restante para o Renda Cidadã pode ser questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A informação é do advogado Eduardo Gouvêa, presidente da Comissão Especial de Precatórios do Conselho Federal da OAB. Outros especialistas criticaram duramente a ideia, comparando a iniciativa a “pedaladas”.

“Se aprovada, a OAB ajuizará, no dia seguinte, uma ação no Supremo”, diz ele, acrescentando que os ministros já julgaram esse tema no passado e as decisões servirão como precedente para esse possível novo processo. O STF derrubou duas Emendas à Constituição - a nº 30, de 2000, e a nº 62, de 2009 -- que permitiam moratória aos pagamentos dos precatórios.

“O Supremo já decidiu. E eram propostas bem menos nocivas do que essa atual”, diz Gouvêa. “Eu não tenho a menor dúvida de que isso é uma pedalada. Pega uma dívida, acumula para frente e usa o dinheiro para pagar despesa corrente. É exatamente o que levou ao impeachment de Dilma Rousseff. Só que mais grave porque acumula crime por descumprimento de decisão judicial.”

PUBLICIDADE



Ex-presidente das comissões especiais de precatórios do Conselho Federal e da seccional de São Paulo, o advogado Flavio Brando concorda que seria uma “pedalada escancarada”. “Existe uma presidente eleita democraticamente que foi embora por isso”, diz Brando.

O caso relacionado ao Renda Cidadã, segundo ele, seria ainda mais sério porque haveria um descumprimento de ordem judicial. “Um país que não cumpre ordens judiciais entra em default [termo usado pelo mercado financeiro para calote]”, afirma.

Para o advogado, a adoção da medida deixaria o Brasil em uma situação pior que a da Argentina. Naquela país, os bancos, voluntariamente, explica, emprestaram dinheiro ao governo e não tiveram retorno.

Em termos de segurança jurídica e negócios, diz Brando, a medida também seria grave. “O que vou dizer para um cliente que quer investir em infraestrutura se o governo a qualquer momento pode rescindir o contrato ou manipular, o que pode obrigá-lo a recorrer à Justiça e esperar por anos por uma decisão favorável definitiva que vai virar um precatório. Depois, o governo vai pagar conforme suas possibilidades, por uma decisão unilateral?”

Brando afirma que o governo federal, ao limitar pagamentos de precatórios, se igualaria a Estados e municípios que deram calote nos pagamentos, com o agravamento de que não tiveram autorização legislativa. Para ele, existiriam outras maneiras de resolver o problema de caixa do governo. Por exemplo, permitir que empresas estrangeiras financiem projetos ambientais na Amazônia. “O Brasil poderia levantar bilhões de dólares em prestação de serviços ambientais”, diz.

Ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Gilson Dipp considera a proposta “irresponsável”. “Por muito menos a ex-presidente Dilma Rousseff foi alvo de

impeachment”, afirma ele, referindo-se às pedaladas fiscais daquele governo. O ex-ministro lembra que o atraso no precatório já foi objeto de decisões no STF e que como advogado e juiz na 4ª Região da Justiça Federal viu como pessoas e empresas sofrerem com o atraso no pagamento de precatórios. “O atraso pode passar o precatório de uma geração para outra.”

A decisão do Supremo que impediu a extensão do prazo de pagamento de precatórios em 2013 é um precedente para o caso do Renda Cidadã, de acordo com Dipp. “O precedente aniquila a possibilidade de atrasar precatórios de forma tão simplista. E mesmo uma Proposta de Emenda à Constituição [PEC] poderia ser declarada inconstitucional”, afirma ele.

Em 2013, o STF declarou inconstitucional o pagamento parcelado de precatórios instituído pela Emenda Constitucional n 62, de 2009. Mas, em 2015, na modulação dos efeitos da decisão, a corte manteve parte dos efeitos da emenda até o fim de 2020. Desde então, o Congresso já estendeu o prazo até 2024 e poderá chegar a 2028.

Para Luiz Felipe Dias de Souza, advogado e sócio da JusCapital, empresa que opera no mercado de precatórios, a medida anunciada pelo governo é um “absurdo”. “Ou bem é uma pedalada ou é um calote. Propor que o Renda Cidadã saia do valor destinado aos credores do próprio governo, não faz nenhum sentido jurídico ou econômico. O governo não encontrou fonte legítima para fazer seu programa e não pode encontrar como solução uma pedalada, um calote”, diz. “O que está acontecendo não tem suporte constitucional e economicamente não faz sentido.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

De música a podcast, tem no Spotify

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Embarque pela porta da frente na Van 19+1!

MERCEDES-BENZ NOVA SPRINTER

LINK PATROCINADO

Uso de precatório para Renda Cidadã não foi iniciativa da Economia

Uso dos recursos teria partido de Marcio Bittar e foi divulgado por Ricardo Barros

Por **Claudia Safatle e Lu Aiko Otta** — De Brasília

30/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Limitar pagamento de precatórios teria sido resposta de Paulo Guedes (foto) a proposta de Rogério Marinho para furar o teto — Foto: Jorge William/Agência O Globo

Foi como uma resposta a uma proposta do ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, -que teria, no meio da discussão sobre a construção do programa de renda básica, surpreendido Paulo Guedes, com a sugestão de furar o teto em R\$ 70 bilhões para novos investimentos - que o ministro da Economia levantou a ideia

de limitar os pagamentos dos precatórios. Afinal, trata-se da despesa que mais cresce ano a ano. Era de cerca de R\$ 13 bilhões no governo Dilma Rousseff, aumentou para a faixa de R\$ 25 bilhões a R\$ 30 bilhões durante a gestão de Michel Temer e é estimada em R\$ 55 bilhões no Orçamento do ano que vem.

Ao limitar o pagamento de precatórios, seria possível economizar uns R\$ 20 bilhões, que abririam espaço para investimentos sem furar o teto do gasto. O ministério do Desenvolvimento Regional negou, em nota da assessoria de comunicação, que Marinho tenha feito tal proposta. Segundo assessores de um ministro militar, Marinho tinha pensado, inclusive, em consultar o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre essa sua proposta.

Guedes está convencido de que o salto no gasto com precatórios decorre de uma “indústria” movida pelo Judiciário e por um mercado secundário que compra essas dívidas com um grande deságio.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Fontes oficiais asseguram que a destinação de recursos dos precatórios para financiar o Renda Cidadã, programa de renda básica que o governo pretende criar, não foi uma proposta concebida pela área econômica.

Essa vinculação teria sido feita por lideranças políticas, sobretudo pelo relator da PEC 186, do Pacto Federativo, e do orçamento para 2021, senador Márcio Bittar (MDB-AC), e divulgada pelo líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR) durante entrevista concedida após reunião com o presidente Jair Bolsonaro. Guedes, que estava ao lado de Barros na entrevista, confidenciou a um interlocutor que também foi surpreendido com essa informação (de que o Renda Cidadã seria financiado com o dinheiro dos precatórios). Durante a entrevista, Guedes afirmou e reafirmou que não vai furar o teto de gasto, o que revela que essa ainda não é uma questão pacificada no governo.

Um “calote” nos credores dessa dívida pagaria o programa de renda básica, em uma operação criativa de transformar dívida em receita. A conversão de dívida em receita para o Renda Cidadã consta do projeto substitutivo da PEC 186, conforme o texto do relator.

Na reta final da preparação do substitutivo de Bittar, o senador tirou da sua proposta a adesão que havia sido acordada por ele de incluir os “3D”, defendidos pela área econômica e uma ideia muito cara ao ministro da Economia, na proposta de Orçamento: desindexar, desvincular e desobrigar. Ou seja, descarimbar as receitas para devolver ao Congresso a função de decidir sobre a destinação do dinheiro público e dar ao Executivo margem de manobra para gerir o Orçamento da União.

Um dia depois do anúncio de novas fontes de financiamento do programa Renda Cidadã e da péssima reação do mercado, o clima no Ministério da Economia era de consternação, descreveu um integrante da equipe econômica. Ele avalia que o ministro foi “emparedado” com a falta de apoio da ala política do governo aos “3D”, que daria sustentação não só ao programa de renda, como também ao ajuste fiscal no pós-pandemia.

O programa econômico de Guedes foi afetado em suas fundações, segundo avaliou a fonte. Os “3D”, disse, seriam um legado a ser deixado por este governo para tornar mais racional a formulação do Orçamento da União. O objetivo era eliminar correções automáticas de valores e “vícios corporativos” que reservam para grupos específicos parcelas do Orçamento.

Os “3D” também viabilizariam o financiamento do Renda Cidadã, ponto de partida de uma “rampa de ascensão social” idealizada pela equipe econômica. De beneficiado por um programa de assistência social, o cidadão poderia passar a ser um trabalhador da Carteira Verde-Amarela. Na etapa seguinte, poderia conseguir um emprego formal desonerado de contribuição patronal, se fosse de até um salário mínimo. E, em seguida, um emprego formal com desoneração parcial da folha.

No entanto, lamenta o interlocutor do ministro, a ala política preferiu adotar uma solução “medíocre”: o adiamento do pagamento de precatórios e o uso de parte dos recursos do Fundeb.

A avaliação é que essa solução passou uma sensação ruim, principalmente para o mercado. Embora o adiamento dos precatórios não seja uma novidade, pois Estados o utilizam, a solução foi mal vista porque permite bancar um aumento de gastos com programas sociais perenes sem um equivalente corte nas despesas. Trata-se meramente de um adiamento. O desenho proposto deixou Guedes numa situação “ruim”, avaliou.

Sem os “3D” e com a criação do Imposto sobre Transações Digitais suspensa, o governo tampouco pretende trabalhar pela aprovação da PEC 45, da reforma tributária. A proposta nunca conquistou o coração da equipe de Paulo Guedes, mas havia um diálogo sobre uma possível acoplagem dessa proposta com a reforma do PIS/Cofins pretendida pelo governo federal.

Na visão da área econômica, a proposta padece de dois grandes problemas. O primeiro: resultará em uma alíquota muito elevada, de 32%, ao fundir os tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre o consumo. E a tributação elevada, ainda que seja a explicitação de uma carga que já existe, é um problema político.

Segundo: a tendência é que a reforma traga a criação de dois fundos, no valor de R\$ 485 bilhões em dez anos, a ser bancado com receitas tributárias da União. Servirão para financiar a transição econômica dos Estados que serão prejudicados com o fim da “guerra fiscal” e da Lei Kandir. O governo é contrário aos fundos, mas a proposta conta com a simpatia do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

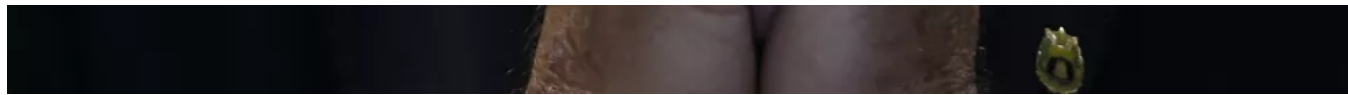
Governo discute recuo, após reação negativa do mercado a Renda Cidadã

Reunião no Planalto discutiu reavaliar fontes de financiamento do programa

Por Fabio Murakawa, Fabio Graner, Matheus Schuch e Renan Truffi — De Brasília

30/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





Jair Bolsonaro: "Pessoal do mercado, eu dou o meu recado para vocês. Se o Brasil for mal, todo mundo vai mal" — Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

A reação violenta do mercado financeiro à proposta de bancar o novo programa social a partir da limitação de gastos com precatórios (dívidas decorrentes de decisões judiciais) e com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) incomodou e preocupa o Palácio do Planalto e a equipe econômica.

Diante disso, alguns integrantes do governo já levantaram a hipótese de recuo e reavaliação das fontes de financiamento do programa. Isso foi discutido em uma reunião de emergência ontem à tarde no Palácio do Planalto com a participação do próprio presidente Jair Bolsonaro, do ministro da economia, Paulo Guedes, e diversos outros ministros de peso, como Luiz Eduardo Ramos (Governo) e Braga Neto (Casa Civil). Fontes apontam que o anúncio foi atabalhado e precipitado e, por isso, a forte reação negativa.

Apesar disso, os líderes no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), e na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), além do relator das PECs Emergencial e do Pacto Federativo, Marcio Bittar (MDB-AC), prometeram que a proposta continua de pé e estará no relatório a ser apresentado nos próximos dias.

PUBLICIDADE

A ala política admite discutir o valor limite de 2% da receita corrente líquida para os precatórios, que para o ano que vem significaria reduzir a despesa de quase R\$ 55 bilhões para R\$ 16 bilhões. O montante é notoriamente baixo, como o **Valor** já mostrou ontem, pois fica abaixo inclusive do gasto em 2014, quando totalizou R\$ 19,8 bilhões, sem correção pela inflação. Elevá-lo pode tornar a medida mais palatável, embora signifique um benefício médio menor para o Renda Cidadã.

Um dos argumentos para se defender a medida é baseado em algo que a própria equipe econômica já vem alertando desde o ano passado: o gasto com sentenças judiciais tem crescido muito, principalmente nos anos mais recentes. O ritmo, na palavra de um técnico, é exponencial e, se não se cuidar do assunto, vai ocupar um espaço muito grande do Orçamento - hoje já está perto de 9% da receita.

O presidente Jair Bolsonaro reclamou ontem das críticas à sugestão apresentada pelo seu governo. Dirigindo-se ao mercado financeiro, disse que “estamos no mesmo barco” e, se o país for mal, o mercado “não vai mais ter renda”.

“Alguns falam ‘pega dos precatórios’, ‘vende algumas estatais’. Vender estatais não é de uma hora para outra... Você não pode queimar estatais, tem que vender para alguma finalidade”, disse Bolsonaro. “Pessoal do mercado, eu dou o meu recado para vocês. Se o Brasil for mal, todo mundo vai mal. Aquele ditado ‘estamos no mesmo barco’ é o mais claro que existe no momento. O Brasil é um só, se começar a dar problema, todos sofrem... Nós queremos obviamente estar de bem com todo mundo, mas eu peço: ajudem com sugestões, não com críticas”, afirmou a apoiadores no Alvorada.

Bolsonaro destacou que, com o fim do auxílio emergencial, haverá 20 milhões de pessoas “quase sem renda” a partir de janeiro. E, apesar de dizer que não está pensando em eleição, aproveitou para politizar a questão. “A esquerda pode aproveitar-se disso e incendiar o Brasil. Temos que ter alternativas.”

O presidente disse ainda que todas as alternativas propostas pelo governo se transformam em “críticas monstruosas”. Ele mesmo, no entanto, havia atacado

propostas da equipe econômica, como a fusão de programas sociais. “Eu vou fazer o possível para buscar solução, eu vou para uma máxima militar. Eu quero uma ajuda racional, preciso de conselhos e sugestões. Agora, se não aparecer nada, eu vou tomar aquela decisão que o militar toma: ‘pior do que uma decisão mal tomada é uma indecisão’. Eu não vou ficar indeciso, o tempo está correndo.”

Nos bastidores, auxiliares do presidente avaliam que houve uma falha na formulação e na comunicação da proposta. Com a preocupação de não deixar vazar nada, o governo “se fechou em copas” e elaborou uma proposta sem dialogar com a sociedade. Vale lembrar ainda que o anúncio ocorreu sem detalhamento e sem oportunidade de questionamentos por parte dos jornalistas presentes.

Percepção semelhante sobre o anúncio também há pelo menos em parte do Ministério da Economia. A leitura é que a reação do mercado, que o senador Fernando Bezerra chamou de exagerada, seria na verdade natural em torno de algo mal explicado.

Em entrevista sobre o resultado fiscal de agosto ontem à tarde, o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, aproveitou para tentar empurrar a autoria da ideia para a ala política.

“Para termos um programa novo, precisamos olhar a qualidade de gastos e reduzir gastos para acomodar um novo programa. Tem todo um processo de discussão política. A política traz algumas sugestões. Essa é uma sugestão que está sendo debatida. A gente tem de trazer dados e informações para mostrar as repercussões dessas sugestões”, disse Funchal, negando que seja “contabilidade criativa”.

“É legítimo trazer alternativas, essa alternativa não contradiz o teto. Mas, por exemplo, a gente olha para o mercado e o mercado já deu um alerta ontem. Teve uma percepção de aumento de risco”, acrescentou, sem respaldar o discurso governista de que os investidores estavam exagerando.

O senador Fernando Bezerra, por exemplo, elencou ao **Valor** uma série de motivos para considerar que o mercado estava agindo com excessos. “Muitos adjetivos e poucos substantivos! Um profundo desconhecimento da situação das contas públicas!”, enfatizou. “As maiores despesas [públicas] já foram enfrentadas: 1-

despesas previdenciárias com a reforma; 2 - despesas de pessoal com o congelamento dos salários para 2021”, lembrou, destacando que os precatórios saíram de 5% das despesas discricionárias nos últimos dez anos para quase 50%, “O Fundeb foi aprovado com um aumento de mais 100% e o mercado não disse nada pois era para a educação; agora que estaremos dando uma dignidade mínima para os mais pobres como entender uma reação dessa?”, argumentou.

O relator Marcio Bittar classificou de “fofoca” as notícias sobre uma possível retirada da proposta dos precatórios. “Claro que não [vamos recuar]. Estamos a vapor pra tentar entregar [o texto da PEC] amanhã [hoje].”

Apesar de diversos líderes mostrarem mais contrariedade com a proposta de retirar verbas do Fundeb, Bittar também não mudou de posição: “Quero ir para o debate com essa turma da educação. [A proposta] são 5% do que aprovamos a mais para o Fundeb. E eles querem mais dinheiro.”

Já Barros disse que não há fontes alternativas em estudo para a criação do Renda Cidadã. “Não temos outra fonte do Orçamento pro programa. Analisamos todas as possibilidades”. **(Colaboraram Raphael di Cunto, Vandson Lima, Marcelo Ribeiro, Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Vem aí o Amazon Prime Day

AMAZON.COM.BR

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais

RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Multifuncional Tanque de Tinta HP Smart Tank 517 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner

R\$ 1.199 - CASAS BAHIA

LINK PATROCINADO

Veja como é fácil abrir a Conta Kids no Banco Inter

BANCO INTER



Por Cristiano Romero

Jornalista desde 1990. Formado pela Universidade de Brasília... [ver mais](#)

O que está por trás da “pedalada cidadã”

Estímulo oficial injetou o equivalente 9% do PIB na economia

30/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A crise econômica provocada pela pandemia fez o Produto Interno Bruto (PIB) do país encolher 11,9% no primeiro semestre, desempenho equivalente ao dos países menos impactados pelo novo coronavírus. O mergulho poderia ter sido muito mais profundo se o governo e o Congresso Nacional não tivessem concordado em aprovar, rapidamente, o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600, entre abril e agosto, a milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade e a concessão de estímulos fiscais a empresas.

Sabe-se que milhões de brasileiros e milhares de micro e pequenas empresas, principalmente no setor de serviços, não viram a cor do dinheiro oficial. Ainda assim, o desembolso feito pelo governo federal foi significativo. A economista Ana Paula Vescovi, ex-secretária do Tesouro Nacional e atualmente chefe da equipe macroeconômica do banco Santander, calcula que os estímulos injetaram cerca de 9% do PIB na economia.

Estímulo oficial injetou o equivalente 9% do PIB na economia

“A principal medida de apoio às famílias, o auxílio emergencial, chegou a 67 milhões de beneficiários, ou 64% da população economicamente ativa, com valor médio de

R\$ 845 por beneficiário entre abril e agosto”, diz Ana Paula em relatório enviado a clientes.

Nos dois primeiros meses da pandemia, as projeções de bancos e gestoras de recursos previam queda de até 9% do PIB neste ano. Agora, é difícil encontrar alguém ainda prevendo essa queda. No boletim Focus, do Banco Central, a mediana das expectativas do mercado para o PIB em 2020 está em 5,04%, sendo que, há quatro semanas, estava em 5,28%.

Ana Paula Vescovi e sua equipe no Santander revisaram sua projeção de PIB para este ano de -6,4% para -4,8%. Para uma economia que amargou recessão longa e profunda entre 2014 e 2016 e, na sequência, cresceu pouco mais de 1% entre 2017 e 2019, o cenário atual continua trágico, mas melhor do que se esperava há dois meses.

Além dos estímulos oficiais, outros fatores ajudaram a diminuir o tombo da economia brasileira. “O primeiro fator surpresa foi o setor externo. As exportações se sustentaram de certa forma, ajudadas pela safra recorde, e com demanda firme e preços elevados de produtos agropecuários. Os preços de internacionais do petróleo, inicialmente atingidos pela guerra de preços entre Rússia e Arábia Saudita, voltaram a se recuperar”, observa o relatório do Santander.

O índice CRB, que reflete os preços de commodities agrícolas, minerais e metálicas, teve desempenho acima do esperado entre agosto e setembro, tendo já retornado ao patamar anterior ao da pandemia. Foi crucial, nesse aspecto, o fato de a China, primeiro epicentro da crise sanitária, ter controlado o avanço do novo coronavírus mais cedo, permitindo a reabertura mais rápida de sua economia, a segunda maior do planeta.

“Com estágio anterior em termos de contágio, China, Europa e Estados Unidos vêm demonstrando recuperação mais acentuada que o inicialmente previsto. O Brasil segue na mesma direção”, compara o relatório da equipe chefiada por Ana Paula Vescovi.

“Em função de uma expectativa de queda um pouco menos acentuada na demanda doméstica este ano (-5,4%, contra -7,6% anteriormente), revisamos nossa projeção

de superávit em transações correntes de 0,1% do PIB para um déficit de 0,6% do PIB em 2020, ainda próximo ao equilíbrio, e convergindo para um déficit de 1,6% do PIB em 2022, patamar menor relativamente ao do pré-crise”, prevê o relatório do Santander.

Com a reação surpreendente dos setores “tradable” (de bens comercializáveis) e com a extensão do auxílio emergencial com valor reduzido à metade (R\$ 300) até dezembro, Ana Paula projeta recuperação mais gradual a partir de 2021, com o nível de atividade voltando ao período anterior ao início dos casos de covid-19 não antes do segundo trimestre de 2022.

“O consumo vem impulsionando a recuperação da atividade, com o avanço dos canais de vendas digitais e com o aumento de renda (as transferências) nos grupos com maior propensão ao consumo de bens. As vendas do varejo (no conceito ampliado, que inclui automóveis) praticamente já voltaram ao patamar pré-crise”, informa o relatório do Santander. “A recuperação do setor de serviços tende a ocorrer mais gradualmente, na esteira da reabertura da economia e da volta dos serviços prestados às famílias, especialmente de educação, saúde, turismo, lazer, entre outras.”

E o que acontece de agora em diante? O corte à metade do valor do auxílio emergencial a ser pago entre este mês e dezembro reduzirá substancialmente o dinheiro que a classe menos favorecida de brasileiros vinha jogando na economia. As transferências implicam expansão da massa ampliada de salários, calcula a equipe de economistas do Santander, em 3,9% neste ano, face a 6,0% de queda se o auxílio não tivesse sido concedido.

Ainda assim, o desemprego alcançará 17 milhões de pessoas no seu pico, em maio de 2021, devendo cair gradualmente para 16 milhões no fim de 2022. Taxa de desemprego registra o número de pessoas à procura de ocupação. Durante a pandemia, por motivos óbvios, trabalhadores desempregados não tinham como buscar vagas.

“A taxa de desemprego sustentar-se-á no patamar acima de 15% até o fim de 2022, por causa da volta gradual de um contingente de trabalhadores procurando

emprego após a pandemia”, explica o relatório do Santander. É evidente que vem daí a preocupação do presidente Jair Bolsonaro, da área política de seu governo e de seus aliados no Congresso. A turma já está preocupada com 2022 e, por isso, cometeu o desatino de propor financiar o Renda Cidadã com dinheiro (precatório) que não pertence à Viúva, mas a contribuintes - uma pedalada de fazer corar de inveja o ex-secretário Arno Augustin...

Bolsonaro assumiu o poder em com planos para desidratar o Bolsa Família, programa de transferência de renda bem-sucedido, dotado de aspectos incomuns a esse tipo de iniciativa e desenvolvido genuinamente no Brasil, resultado da colaboração inédita dos entes da Federação - União, Estados e municípios - e de diversos órgãos públicos e copiado em mais de 60 países. Um programa barato - R\$ 32 bilhões (menos de 0,5% do PIB) por ano - que vai além da renda básica.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras
E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

 **COMENTÁRIOS**

Mais do Valor **Econômico**

PIB real dos EUA caiu 31,4% no 2º trimestre com a pandemia, segundo estimativa

Foi a contração mais acentuada em pelo menos sete décadas